



SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados	3
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	4
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	7
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	8
Relatório da Administração	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	17

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Balancos patrimoniais em dezembro 2022 e 2021
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	215.857	741.923	268.915	747.166
Investimentos em Títulos do Governo	6	46.744	108.121	46.744	108.121
Concessionárias e Permissionárias	7	113.166	99.200	116.244	100.981
Tributos a Compensar	8	47.483	20.472	47.587	20.576
Estoques		38.820	32.632	38.820	32.632
Empréstimos a receber	10	-	187.180	-	187.180
Ativo Contratual	11	555.713	696.944	573.783	723.810
Outros Créditos a Receber	9	55.944	66.472	55.984	58.188
Total do circulante		1.073.727	1.952.944	1.148.077	1.978.654
Não circulante					
Tributos a Compensar	8	16.242	1	16.242	1
Depósitos Judiciais		116.984	72.333	149.347	101.586
Investimentos em Títulos do Governo	6	9.256	-	9.256	-
Ativo Contratual	11	3.039.014	2.060.736	3.289.346	2.375.764
Outros Créditos a Receber	9	2.959	4.141	2.959	4.141
Investimentos	12	259.204	128.021	17.848	16.050
Imobilizado	13	85.174	86.715	85.187	86.731
Direito de Uso	13.1	6.532	4.853	6.532	4.853
Intangível	14	11.232	19.004	11.232	19.004
Total do não circulante		3.546.597	2.375.804	3.587.949	2.608.130
Total do ativo		4.620.324	4.328.748	4.736.026	4.586.784
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	69.495	29.992	72.391	32.904
Obrigações Trabalhistas	16	19.966	50.799	19.966	50.812
Obrigações Fiscais	17	58.640	54.092	62.156	55.518
Empréstimos e Financiamentos	18	4.179	656.088	4.179	656.088
Debêntures	19	78.937	-	78.937	-
Entidade de Previdência Privada	20	70.355	102.178	70.355	102.178
Obrigações da Concessão	21	37.124	36.735	37.360	36.990
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	9.321	27.797	9.321	27.797
Outros Passivos	24	43.472	40.885	43.850	40.885
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio	25.5	227.069	8.858	227.069	8.858
Total do circulante		618.558	1.007.424	625.584	1.012.030
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	18	19.552	23.591	19.552	23.591
Debêntures	19	958.298	-	958.298	-
Entidade de Previdência Privada	20	408.023	706.184	408.023	706.184
Obrigações Fiscais	17	-	4.921	4.921	5.218
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	251.716	171.893	271.094	189.222
Obrigações da Concessão	21	57.191	59.964	57.191	59.964
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	481.260	284.063	481.260	284.063
Outros Passivos	24	60.901	53.375	140.305	277.390
Total do não circulante		2.236.941	1.299.070	2.340.644	1.545.632
Patrimônio líquido	25				
Capital Social		981.343	981.343	981.343	981.343
Reserva de Capital		(16.148)	-	(16.148)	-
Outros Resultados Abrangentes		(300.055)	(601.721)	(300.055)	(601.721)
Reserva Legal		112.499	67.091	112.499	67.091
Reserva Lucro a realizar		59.887	-	59.887	-
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		354.367	1.153.883	354.367	1.153.883
Reserva de Incentivos Fiscais		-	421.658	-	421.658
Dividendo		572.931	-	572.931	-
		1.764.824	2.022.254	1.764.824	2.022.254
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	4.973	6.868
Total do patrimônio líquido		1.764.824	2.022.254	1.769.797	2.029.122
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.620.324	4.328.748	4.736.026	4.586.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita Operacional líquida	27	1.784.277	1.211.677	1.809.228	1.248.915
Custo de Operação	28	(254.063)	(308.743)	(308.101)	(328.845)
Depreciação e Amortização		(2.456)	(9.362)	(2.459)	(9.362)
Outros custos com Operação		(251.607)	(299.381)	(305.642)	(319.483)
Custo com serviço prestado a terceiros	28	(198.376)	(103.443)	(240.069)	(216.332)
Lucro operacional bruto		1.331.838	799.491	1.261.058	703.738
Despesas Operacionais	28	(101.224)	(387.638)	(103.908)	(494.496)
Despesas com Vendas		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
Despesas Gerais e Administrativas		(103.252)	(94.116)	(105.936)	(97.581)
Depreciação e amortização		(8.523)	(9.108)	(8.523)	(9.108)
Outras despesas Gerais e Administrativas		(94.729)	(85.008)	(97.413)	(88.473)
Outras Despesas Operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras despesas operacionais		8.838	(290.421)	8.838	(393.813)
Outras Receitas	29	13.029	171.875	13.029	171.875
Outras Despesas	29	(32.291)	(33.031)	(20.579)	(33.031)
Resultado do serviço		1.211.352	550.697	1.149.600	348.086
Resultado de Participações Societárias		(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
Resultado antes do resultado financeiro		1.157.133	410.037	1.153.418	398.396
Resultado Financeiro	30				
Receitas Financeiras		173.156	159.666	177.011	160.666
Despesas Financeiras		(172.743)	(206.409)	(173.307)	(206.639)
		413	(46.743)	3.704	(45.973)
Lucro antes dos tributos		1.157.546	363.294	1.157.122	352.423
Contribuição Social	23.4	(66.005)	(80.190)	(66.589)	(80.468)
Imposto de renda	23.4	(183.375)	(234.526)	(184.745)	(235.095)
		(249.380)	(314.716)	(251.334)	(315.563)
Resultado líquido das operações continuadas (Transmissão)		908.166	48.578	905.788	36.860
Resultado líquido das operações descontinuadas (Geração)		-	37.009	-	37.009
Lucro líquido do exercício		908.166	85.587	905.788	73.869
Lucro líquido atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	908.166	85.587
Lucro líquido atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	(2.378)	(11.715)
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$		94,68	5,03	94,43	3,82
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$		94,68	5,03	94,43	3,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações dos resultados abrangentes para os para os exercícios findos em dezembro
2022 e 2021
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	908.166	48.578	905.788	36.860
Outros resultados abrangentes	301.667	556.067	301.667	556.067
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.371)	(33.692)	(5.371)	(33.692)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	1.826	7.202	1.826	7.202
Ganhos (Perdas) Atuariais	305.212	590.657	305.212	590.657
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(8.101)	-	(8.101)
Resultado abrangente do exercício	1.209.833	604.645	1.207.455	592.927
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora			1.209.833	604.645
Atribuído ao Acionista Não Controlador			(2.378)	(11.717)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Reserva de Lucro											
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Participação dos Não Controladores	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.565.633	-	421.658	-	67.091	1.641.080	-	-	(1.157.787)	2.537.675	18.583	2.556.258
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.587	-	85.587	(11.715)	73.868
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.490)	(26.490)	-	(26.490)
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	590.657	486.500	-	486.500
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	564.167	460.010	-	460.010
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	-	-	-	-
Cisão CEEE-GT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes ativos e passivos pela cisão	(584.290)	-	-	-	-	(133.650)	-	(38.407)	(6.791)	(763.137)	-	(763.137)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	1.985	(1.985)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	675	675	-	675
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(70.854)	-	-	-	(70.854)	-	(70.854)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(227.701)	-	-	-	(227.701)	-	(227.701)
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(54.992)	-	54.992	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	981.343	-	421.658	-	67.091	1.153.883	-	-	(601.721)	2.022.254	6.868	2.029.122
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	908.166	301.666	1.209.832	(2.378)	1.207.454
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	908.166	-	908.166	(2.378)	905.788
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(3.546)	-	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212	-	305.212
Mutação internas do patrimônio líquido	-	-	-	59.887	45.408	-	-	(105.295)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	45.408	-	-	(45.408)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	59.887	-	-	-	(59.887)	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(16.148)	(421.658)	-	-	(799.516)	572.931	(802.870)	-	(1.467.261)	482	(1.466.778)
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	-	-	421.658	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(482)	-	-	-	-	-	-	-	(482)	482	-
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	-	-	(15.666)	-	(15.666)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.221.174)	-	-	-	(1.221.174)	-	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)	-	(95.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)	-	(134.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	981.343	(16.148)	-	59.887	112.499	354.367	572.931	-	(300.055)	1.764.824	4.973	1.769.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido das operações continuadas	908.166	48.578	905.788	36.860
Ajustes:				
Depreciação e amortização	(4.650)	21.991	(4.647)	21.991
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	3.158	(129.906)	3.158	(129.906)
Resultado de Equivalência Patrimonial	54.219	124.079	(3.818)	(65.913)
Provisão para contingências	54.131	105.455	56.180	122.080
Provisão Para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	6.810	(156)	6.810	(156)
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(7.465)	(20.625)	(7.465)	(20.625)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	70.901	64.395	70.901	64.394
Imposto de Renda e Contribuição Social	249.380	144.899	251.334	144.900
Varição do Ativo Contratual	(1.194.712)	(126.150)	(1.090.334)	(131.423)
Outros	(36.619)	-	57.684	-
	103.319	232.560	245.591	42.202
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais				
(Aumento) redução dos ativos:				
Concessionárias e Permissionárias	(19.090)	12.496	(20.387)	12.483
Tributos a recuperar	(42.009)	(2.739)	(42.009)	(2.678)
Estoques	(6.188)	(20.235)	(6.188)	(20.235)
Empréstimos a Receber	198.789	125.836	198.789	125.836
Ativo Contratual	634.705	197	650.350	92.028
Depósitos judiciais	(44.651)	(15.434)	(47.761)	(16.078)
Outros ativos	(2.695)	(21.768)	(11.017)	(15.806)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	39.503	4.959	39.487	5.944
Obrigações fiscais	7.521	204.299	7.360	205.020
Obrigações trabalhistas a pagar	(30.833)	19.615	(30.846)	19.607
Obrigações da concessão	516	41.516	497	41.620
Outras contas a pagar	10.113	83.453	(134.120)	308.393
Provisão para Benefícios a Empregados	(82.456)	1.405	(82.456)	1.404
IRPJ e CSSL pagos	(67.579)	(168.160)	(67.579)	(169.191)
	595.646	265.440	454.119	588.347
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(47.409)	(20.513)	(47.409)	(20.513)
Pagamento de contingências judiciais	(14.031)	(28.805)	(14.031)	(29.112)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	637.525	448.682	638.270	580.924
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(93.601)	59.738	-	(8.330)
Dividendos Recebidos	3.557	3.205	3.557	3.206
Alienação de Investimento	-	300.652	-	300.653
Investimentos em Títulos do Governo	54.214	-	54.214	-
Aumento do Ativo Contratual	(223.819)	(103.443)	(229.685)	(179.748)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(37.018)	(20.845)	(77.682)	(20.846)
Adições no Intangível	(40)	(1.352)	(40)	(974)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(296.707)	237.955	(249.636)	93.961
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(590.367)	(51.086)	(590.367)	(51.085)
Captação de Empréstimos e Debêntures	957.801	-	957.801	-
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio	(1.218.652)	(137.589)	(1.218.652)	(137.585)
Reestruturação societária	-	(349.292)	-	(342.435)
Resgate compulsório de ações	(15.666)	-	(15.666)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(866.884)	(537.967)	(866.884)	(531.105)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(526.066)	148.670	(478.251)	143.780
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	741.923	593.253	747.166	603.386
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	215.857	741.923	268.915	747.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em dezembro 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1 - Receita	2.037.853	1.632.501	2.085.597	1.676.844
1.1 Receita Operacional Bruta	2.000.742	1.447.518	2.048.486	1.491.862
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.810)	(3.102)	(6.810)	(3.102)
1.3 Outras Receitas	43.921	188.085	43.921	188.085
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(298.309)	(201.321)	(441.049)	(326.397)
2.1 Material	(3.952)	(3.927)	(3.958)	(5.165)
2.2 Serviços de Terceiros	(62.741)	(60.101)	(73.185)	(68.064)
2.3 Outros Custos Operacionais	-	(1.186)	-	(1.186)
2.4 Custo de Construção	(198.376)	(103.443)	(329.660)	(179.747)
2.5 Outras Despesas Operacionais	(33.240)	(32.664)	(34.245)	(72.234)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.739.544	1.431.180	1.644.548	1.350.447
4 - Retenções	(1.367)	(308.187)	33.273	(427.885)
4.1 Depreciação e Amortização	(7.036)	(11.668)	(7.039)	(11.668)
4.2 Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.186)	(3.943)	(6.186)
4.3 Provisões	9.612	(290.334)	44.255	(410.031)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.738.177	1.122.993	1.677.821	922.562
6 - Valor adicionado recebido em transferência	118.937	19.006	180.829	210.976
6.1 Resultado de Participações Societárias	(54.219)	(140.660)	3.818	50.310
6.2 Receitas Financeiras	173.156	159.666	177.011	160.665
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.857.114	1.141.999	1.858.651	1.133.538
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	238.708	285.113	238.833	285.513
8.1.1 Remuneração Direta	113.190	155.349	113.190	155.736
8.1.2 Benefícios	51.486	15.192	51.487	15.206
8.1.3 Plano de Benefícios Previdenciais	58.391	95.674	58.495	95.674
8.1.4 Compromissos Previdenciais	6.845	7.975	6.866	7.975
8.1.5 FGTS	8.795	10.922	8.795	10.922
8.2 Impostos, taxas e contribuições	531.830	599.840	534.795	602.466
8.2.1 Federais	520.951	597.901	523.740	600.527
8.2.2 Estaduais	17	33	17	33
8.2.3 Municipais	10.862	1.906	11.038	1.906
8.3 Remuneração de capital de terceiros	178.410	208.469	179.235	208.699
8.3.1 Despesas de Locações	5.701	2.059	5.853	2.059
8.3.2 Despesas Financeiras	172.709	206.410	173.382	206.640
8.4 Remuneração de capital próprio	908.166	48.578	905.788	36.860
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	95.000	-	95.000	-
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	707.870	-	707.870	-
8.4.3 Reserva de Lucro	105.295	48.578	102.917	36.860
	1.857.114	1.141.999	1.858.651	1.133.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul realizou as seguintes operações ao longo de 2022:

1. Oferta Pública de Aquisições de ações (“OPA”) mandatária, com leilão realizado em 6 de abril;
2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro.

Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria “A” para Categoria “B” foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”) visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma



grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

Ambiente regulatório

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em **+4,71%**. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023.

A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 933 milhões, representando um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no



componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superaram o impacto negativo da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

(em milhares de reais)

REH 2.959/2021 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	RTP	Ajuste da base	Parcela de ajuste	REH 3.067/2022 (*)
763.074	86.892	7.692	83.693	-21.318	13.566	-16.359	933.599

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(**) Valores incluem incremento do componente financeiro, ajuste no componente econômico (PRT 120/16) e a trajetória de O&M.

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da Companhia, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA				Demais Instalações de Transmissão - DIT				Total 2023 (*)	Total 2022 (*)
	RBSE	RBNI	RBL	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste		
055/2001	579.905	144.032	-	-23.386	133.693	75.970	-	7.027	917.241	832.373
080/2002	-	-	22.438	-705	-	-	-	-	21.733	19.717
001/2011	-	-	25.214	-3.915	-	-	2.710	-	24.009	18.374
	579.905	144.032	47.652	28.006	133.693	75.889	2.710	7.027	962.983	870.464

(*) Valores considerando as parcelas de ajuste - PA

Revisão Tarifária Periódica ("RTP") TESB:

Em 21 de junho de 2022 foi publicada a REH nº 3.050/2022 que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Para esses contratos, a revisão é realizada sobre a RAP ofertada no Leilão, mediante o recálculo do Custo de Capital de Terceiros (r_p). Neste escopo constou a revisão do Contrato de Concessão nº 001/2011 da controlada TESB que resultou em um índice de reposicionamento de **+26,71%**.

Contrato de concessão nº 4/2021 - ANEEL:

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação dos ativos está prevista para 2024 e a RAP que a Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão é de R\$ 11.106.511,48 (onze milhões, cento e seis mil, quinhentos e onze reais e quarenta e oito centavos), conforme RAP Homologada atualizada para o Ciclo 2022-2023.

3. Desempenho operacional

Desempenho no segmento de transmissão de energia elétrica

A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos.

Energia Não Suprida (“ENS”)

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2022 o ENS totalizou 975,72 MWh, comparado a 1.005,44 MWh em 2021, representando uma redução de 2,96%.

Parcela Variável (“PV”) descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”). Em 2022, a PV incidente totalizou 0,916%, comparado a 0,696% em 2021, representando um aumento de 31,6%.

Realizando uma análise comparativa do desempenho operacional do segmento de transmissão de energia elétrica, entre as nove concessionárias de transmissão do país que tiveram suas concessões renovadas, no ano de 2022, novamente a CPFL Transmissão teve um desempenho destacado ao apresentar o segundo melhor resultado.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.063 milhões, representando um aumento de 37,1% (R\$ 558 milhões), devido principalmente a: (i) ajuste na margem de construção no IFRS (R\$ 386 milhões); (ii) do aumento de 81,1% (R\$ 101 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão e (iii) reajuste anual da RAP das transmissoras que representou uma variação de 10,63% (R\$ 93 milhões) (na receita de remuneração do ativo contratual). Esses efeitos foram compensados por uma variação negativa de R\$ 22 milhões nos demais itens.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 253 milhões, apresentando uma redução de 0,8% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.809 milhões, um aumento 44,9% (R\$ 560 milhões).

Geração operacional de caixa — EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 1.164 milhões, um aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões), devido a uma melhora de 44,9% (R\$ 560 milhões) na receita operacional líquida e por uma redução de 51,4% (R\$ 343 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- Redução de 6,7% (R\$ 14 milhões) nas despesas com pessoal;
- Aumento de 5,4% (R\$ 4 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;



- Variação positiva (ganho) de R\$ 292 milhões em outros custos/despesas operacionais;
- Redução de 38,0% (R\$ 40 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Em contrapartida, houve um aumento de 50,2% (R\$ 108 milhões) no custo com construção da infraestrutura e uma redução de 92,4% (R\$ 46 milhões) na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
Lucro Líquido	905.788	36.860
Depreciação e amortização	10.990	17.856
Resultado financeiro	(3.704)	45.973
Contribuição social	66.589	80.469
Imposto de renda	184.745	235.097
EBITDA	1.164.408	416.256

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 906 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 37 milhões no ano anterior, uma alta de R\$ 869 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões) no EBITDA; (ii) a redução de 20,4% (R\$ 64 milhões) no imposto de renda e contribuição social, (iii) a melhora de R\$ 50 milhões no resultado financeiro, e (iv) a redução de 38,5% (R\$ 7 milhões) na depreciação e amortização.

Endividamento

No final de 2022, a dívida financeira bruta da Companhia atingiu R\$ 1.061 milhões, apresentando um aumento de 56,2%.

5. Investimentos

Em 2022, foram realizados investimentos de R\$ 307 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 47 milhões em 2022.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos no montante de, aproximadamente, R\$ 1.200 milhões, para execução nos próximos anos.

6. Mercado de capitais

Neste ano, na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorreu a OPA Mandatória, visando os 33,92% de suas ações em circulação (*free float*), com o leilão sendo realizado na B3 em 6 de abril de 2022. Como resultado, a CPFL Cone Sul passou a deter 99,26% do capital social total da Companhia.



Em 25 de julho de 2022 ocorreu uma AGE, em que foi aprovada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Dessa forma, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Segmento Básico de listagem da B3, a partir de 27 de julho de 2022.

Em 18 de novembro de 2022, ocorreu o leilão da OPA de Deslistagem, onde a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total.

Em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A", para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Dessa forma, as ações de emissão da Companhia passaram a não ser mais admitidas a negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Tendo em vista a conclusão da OPA de Deslistagem e o fato de as ações em circulação representarem à época menos que 5% do total de ações de emissão da Companhia, foi convocada e realizada uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, em 7 de dezembro de 2022, onde foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

7. Sustentabilidade e aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão Ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

8. Auditores independentes



A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022

Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9. Agradecimentos

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas:

Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 – RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 – Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinzenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042.

Contrato de Concessão nº 080/2002 – ANEEL

Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato.

A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

Contrato de Concessão Nº 04/2021 - ANEEL

Em 2021 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e a RAP de R\$ 9.234 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações.

Contrato de Concessão Nº 0001/2011 – ANEEL

Em 2011 a Controlada TESB firmou o contrato para a construção, operação e manutenção de cinco linhas de transmissão e quatro subestações, referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041, 30 anos a partir da data de assinatura do contrato.

1.1 Mudanças Climáticas CPFL



Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são



reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 11 – Ativo contratual;
- Nota 18 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 19 – Debêntures;
- Nota 20 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 22 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; e
- Nota 23 – Créditos e débitos fiscais diferidos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 12. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.



A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Ativo Contratual da Concessão

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que:

- I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%.
- II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%.
- III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros



afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 34). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e



- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

3.3.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 34.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos.

A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,33% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram.

A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.



3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (Expected Credit Losses), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - Probability of Default), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - Exposure At Default) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - Loss Given Default).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do



desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Contrato Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Reunião do conselho da Administração a declaração de dividendo intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Reunião do conselho da Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento.

Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido.



Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Arrendamentos

De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Base de consolidação

Controlada e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição.

As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.

Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1), sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32 / IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.



Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Ativo contratual

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	(240)	840	(234)	1.209
Título de crédito privado (*)	216.097	741.083	269.149	745.957
Total	215.857	741.923	268.915	747.166

(*) Corresponde a títulos de crédito privado de operação de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) montante de R\$ 216.097 (R\$ 741.083 em 31 de dezembro de 2021), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 103,10% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 90,87% do CDI para Operações Compromissadas.

(6) INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

Refere-se a investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

- i. Data-base: 15 de julho de 2000;
- ii. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- iii. Modalidade: nominativa e negociável;
- iv. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- v. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- vi. Pagamento do principal em parcela única, na data de vencimento do título e dos juros semestralmente com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

O investimento é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Forma de atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.



Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a., calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Saldo em 31/12/2020	121.188	24.769	12.477	8.466	(2.879)
Atualização pela taxa efetiva	13.817	-	-	13.817	-
Valorização do valor justo	(21.183)	-	(21.183)	-	-
Juros Recebidos	(5.701)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	(2.505)	7.202	-	(4.698)
Saldo em 31/12/2021	108.121	22.264	(1.504)	13.817	(4.698)
Atualização pela taxa efetiva	7.465	-	-	7.465	-
Valorização do valor justo	(10.181)	-	(10.181)	-	-
Juros Recebidos	-	-	4.810	-	-
Venda do ativo financeiro	(49.404)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	2.676	1.826	-	(4.502)
Saldo em 31/12/2022	56.000	24.940	(5.049)	7.465	(4.502)
Circulante	46.744				
Não Circulante	9.256				

Conforme divulgado na nota 18, as NTN-Bs estão vinculadas às garantias do empréstimo com o BNDES.

(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total		Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissonárias	112.052	1.114	9.076	122.242	103.152	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	112.052	1.114	9.076	122.242	103.152	115.064	1.145	9.111	125.320	104.933
Total				(9.076)	(3.952)				(9.076)	(3.952)
				113.166	99.200				116.244	100.981

Referem-se basicamente aos valores a receber de concessionárias e permissonárias referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os acessantes ao sistema.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 34.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Concessionárias e permissonárias	Outros ativos (nota 9)	Total
Saldo em 31/12/2020	(4.108)	(20.536)	(24.644)
Reestruturação societária	11	17.292	17.303
Provisão revertida (constituída) líquida	145	(4.326)	(4.181)
Saldo em 31/12/2021	(3.952)	(7.569)	(11.521)
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)
Saldo em 31/12/2022	(9.076)	(9.255)	(18.331)
Circulante	(9.076)	(9.255)	(18.331)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.770	2.274	13.852	2.356
IRPJ Saldo Negativo	20.338	11.509	20.340	11.511
CSLL Saldo Negativo	10.832	5.754	10.832	5.754
Imposto de renda e contribuição social a compensar	44.941	19.537	45.025	19.621
Programa de integração social - PIS	316	109	318	111
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.484	531	1.484	531
Instituto nacional de seguridade social - INSS	313	218	313	218
Outros	429	77	447	95
Outros tributos a compensar	2.542	935	2.562	955
Total Circulante	47.483	20.472	47.587	20.576
Não circulante				
Imposto de renda a compensar	16.242	-	16.242	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	16.242	-	16.242	-
Outros	-	1	-	1
Outros tributos a compensar	-	1	-	1
Total não circulante	16.242	1	16.242	1

(9) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.601	7.486	8.601	7.486
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	3.447	5.422	3.486	8.860
Serviços Prestados	9.310	2.646	9.310	2.646
Dividendos a Receber	763	2.108	763	2.108
Custos a Reembolsar	1.440	23.242	1.440	11.469
Alienação de Bens e Serviços	1.521	548	1.521	548
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	17.855	7.871	17.855	7.871
Pagamentos Antecipados	2.177	1.862	2.177	1.862
(-) Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa	(9.255)	(7.569)	(9.255)	(7.518)
Outros Devedores	20.085	22.856	20.085	22.856
Total Circulante	55.944	66.472	55.984	58.188
Não circulante				
Bens e Direitos Destinados à Alienação/Renda	2.827	2.827	2.827	2.827
Outros	132	1.314	132	1.314
Total não circulante	2.959	4.141	2.959	4.141

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL.

Custos a Reembolsar - refere-se aos contratos de prestação de serviços que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

(10) Empréstimos

Refere-se a contrato assinado em 2014 com a então parte relacionada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) – devedora com aditivos e refinanciamentos, todos aprovados pela ANEEL.

Em maio de 2020, um novo refinanciamento foi firmado entre a Companhia e a CEEE-D, no montante de R\$ 359.333, com pagamento em 24 parcelas mensais e consecutivas. Os encargos financeiros foram calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI). O contrato foi liquidado em agosto de 2022.

Em 2022, a CEEE-D pagou a CEEE-T o montante de R\$ 198.789 (R\$ 135.285 em 2021). O saldo do Contrato de Mútuo era corrigido mensalmente pela CDI.



	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	187.180	313.016
Apropriação e Encargos	11.609	9.449
Recebimento de Encargos	(12.129)	(9.093)
Recebimento Principal	(186.660)	(126.192)
Saldo Final	-	187.180

(11) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como “Ativo Contratual” a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como seguem:

	Controladora					Consolidado		
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Contrato 025/2000 Geração	Total	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31/12/2020	45.087	1.470.767	1.012.430	-	109.138	2.637.423	352.147	2.989.570
(+) Adições	-	-	103.443	-	-	103.443	76.305	179.748
(+) Remuneração	21.467	339.691	167.734	-	921	529.813	16.530	546.343
(+) Atualização monetária	8.134	166.747	101.280	-	-	276.161	-	276.161
(-) Baixas	-	-	(3.981)	-	-	(3.981)	-	(3.981)
(-) Amortização do exercício	(13.413)	(453.401)	(208.305)	-	(1.805)	(676.924)	(11.257)	(688.181)
(-) Ajustes pela Cisão	-	-	-	-	(108.057)	(108.057)	-	(108.057)
(-) Outros	-	-	-	-	(197)	(197)	(91.831)	(92.028)
Saldo em 31/12/2021	61.276	1.523.804	1.172.600	-	-	2.757.680	341.894	3.099.574
(+) Adições	-	-	223.891	53.149	-	277.040	46.530	323.570
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	-	523.731	15.765	539.496
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	-	-	350.300	1.093	351.393
(-) Baixas	-	-	(109)	-	-	(109)	-	(109)
(-) Amortização do exercício	(13.999)	(421.674)	(198.923)	-	-	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/-) Outros (11.1)	-	54.036	266.645	-	-	320.681	(121.236)	199.445
Saldo em 31/12/2022	127.863	1.696.959	1.715.910	53.995	-	3.594.727	268.402	3.863.129
Circulante	20.448	356.952	178.312	-	-	555.713	18.070	573.783
Não Circulante	107.415	1.340.007	1.537.597	53.995	-	3.039.014	250.332	3.289.346

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2022/2023 esta vigente desde 1º de julho de 2022 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2022 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R\$ 220.002, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 713.598, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 16.359), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 22.438 e (iii) nº 0004/2021 está em etapa pré-operacional com RAP prevista de R\$ 9.609.

Para o contrato 0001/2011 da controlada TESB, a RAP vigente para o ciclo 2022/2023 é de R\$ 27.924, com RAP adicional prevista de R\$ 13.590 na medida em que as obras forem concluídas.

Em 08 de julho de 2022 a ANEEL, através do despacho nº 1.844, suspendeu o despacho nº1.762 de 01 de julho de 2022 que concedeu medida cautelar de suspensão sobre a eficácia da REH nº2.258 de 2017, não implicando em qualquer efeito para fins de demonstração financeira. A Companhia se mantém ativa e acompanhando qualquer atualização sobre o tema.

11.1) Outros - Ganho ou perda em função da revisão tarifária periódica – RTP e ganho ou perda por eficiência ou ineficiência na construção de infraestrutura de transmissão.

Embasado nas normas vigentes de reconhecimento e mensuração do ativo de contrato, os eventos críticos relacionados a mensuração e reconhecimento do ativo de contrato devem ser reconhecidos quando incorridos.

Durante o ano de 2022 a Administração identificou o ganho montante de R\$ 276.899, como seguem descritos os principais impactos.



- a) O ganho valor de R\$ 320.701 se refere a remensuração do ativo de contrato oriundo a revisão tarifária periódica – RTP do contrato de concessão 055/2001, no qual possui como base as receitas futuras associadas a rede de infraestrutura de transmissão.
- b) A perda no valor de R\$ 121.236 está associada diretamente a ineficiência na construção de infraestrutura do contrato de concessão 001/2011 da controlada TESB. A ineficiência no processo de construção está ligada aos atrasos nas obras e custos adicionais não estimados, tais como: variações sobre os custos de commodities, custos de servidão e negociações fundiárias, custos associados a questões ambientais e demais eventuais imprevistos durante a execução do projeto.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	256.314	125.132	14.959	13.161
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	259.204	128.021	17.848	16.050

12.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB	799.856	96,85%	435.753	94,22%
Coligadas				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

Controlada - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB)

A Companhia juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. (Procable) e a Zhejiang United Engeneering CO Ltda (Zhejiang), constituíram a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), sociedade limitada, cujo objeto social é a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos.

Em abril de 2022, a Companhia integralizou o montante de R\$ 99.300 sem contraparte dos demais acionistas no aumento de capital. Assim, a participação acionária da Companhia passou de 94,22% para 96,85%

Coligadas

Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE)

Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

Informações Financeiras Controladas e Coligadas



	31/12/2022		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas			
TESB	501.949	157.725	(60.415)
Coligadas			
TPAE	38.146	42.940	4.240
ETAU	34.895	108.151	30.144

Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Centrais Elétricas SA - ELETROSUL	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	876	876
	2.889	2.889

12.2 Movimentação dos investimentos

	Controladora							Saldos em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Integralização Capital	Perda / Ganho de investimento	AFAC	Provisão para realização de AFAC	
Controladas								
TESB	111.971	(58.038)	-	99.300	(482)	114.900	(26.297)	241.355
Coligadas								
TPAE	3.445	804	(105)	-	-	-	-	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	-	-	-	-	10.815
	125.132	(54.219)	(2.020)	99.300	(482)	114.900	(26.297)	256.314

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Coligadas				
TPAE	3.445	804	(105)	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	10.815
	13.161	3.818	(2.020)	14.959

A equivalência patrimonial em 2022, R\$ 54.219, se refere aos investimentos da Companhia, sendo composto pelas investidas TESB, TP AE e ETAU.

12.3 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
TESB	114.900	120.600
Provisão para realização de AFAC	(26.297)	(120.600)
	88.603	-



(13) IMOBILIZADO

Controladora									
	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	16.154	58.653	8.563	86.674	460	457	46.797	293.688	511.446
Adições							20.846		20.846
Baixas	(1.300)		(7.668)	(772)	(79)	(29)	(6.819)	(295.488)	(312.155)
Transferências				2			(2)		-
Ajustes pela Cisão - Custo	(14.127)	(596.582)	(98.946)	(438.085)	(1.306)	(814)	(13.742)	2.031	(1.161.571)
Depreciação		(2.522)	(346)	(4.227)	(244)	(57)	-	(187)	(7.583)
Baixa da depreciação			5.208	689	79	25	-		6.001
Ajustes pela Cisão - Depreciação		540.451	96.115	391.135	1.291	738	-		1.029.730
Saldo em 31/12/2021	727	-	2.926	35.416	201	320	47.080	44	86.715
Adições	-	-	-	-	-	-	39.187	-	39.187
Baixas	-	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(35.488)	(4.581)	(53.221)
Depreciação	-	-	(219)	(3.044)	(160)	(45)	-	(8)	(3.476)
Baixa da depreciação	-	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.969
Saldo em 31/12/2022	727	-	1.858	31.707	41	61	50.779	-	85.174
Taxa média de depreciação 2021			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2022			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			

Consolidado									
	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	16.154	58.653	8.563	86.695	460	457	46.797	293.687	511.466
Adições				5			20.846		20.851
Baixas	(1.300)		(7.668)	(772)	(79)	(29)	(6.819)	(295.487)	(312.154)
Transferências				2			(2)		-
Ajustes pela Cisão - Custo	(14.127)	(596.582)	(98.946)	(438.085)	(1.306)	(814)	(13.742)	2.031	(1.161.571)
Depreciação		(2.522)	(346)	(4.237)	(244)	(57)	-	(187)	(7.593)
Baixa da depreciação			5.208	689	79	25	-		6.001
Ajustes pela Cisão - Depreciação		540.451	96.115	391.135	1.291	738	-		1.029.730
Saldo em 31/12/2021	727	-	2.926	35.432	201	320	47.080	44	86.731
Adições	-	-	-	-	-	-	79.851	-	79.851
Baixas	-	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(76.152)	(4.581)	(93.885)
Depreciação	-	-	(219)	(3.047)	(160)	(45)	-	(8)	(3.479)
Baixa da depreciação	-	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.968
Saldo em 31/12/2022	727	-	1.858	31.720	41	61	50.779	-	85.187
Taxa média de depreciação 2021			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2022			3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			

O imobilizado é composto por bens administrativos ou outros bens de utilizações geral que não são vinculados à Concessão, e assim, ficam excluídos do alcance da ITG 01(R1) / NBC TG 47.

13.1 DIREITO DE USO

Controladora							
Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31/12/2020	Amortizações	Ajustes Pela Cisão	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	2.156	(80)	(1.880)	196	5.621	(456)	5.362
Terrenos	42	(2)	(40)	-	-	-	-
Veículos	12.516	(6.376)	(1.483)	4.657	-	(3.487)	1.170
Total	14.714	(6.458)	(3.403)	4.853	5.621	(3.943)	6.532

Refere-se ao saldo do ativo de direito de uso elaborado com base nos fluxos de caixa descontados a valor presente para os contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos e imóveis que estão no escopo do CPC 06 (R2).

(14) INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo		
Saldo em 31/12/2020	50.686	51.064
Aquisições	1.352	1.352
Baixas	(123)	(123)
Ajustes pela Cisão	(1.465)	(1.465)
Outros	-	(378)
Saldo em 31/12/2021	50.686	51.064
Aquisições	40	40
Saldo em 31/12/2022	50.490	50.490
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31/12/2020	(24.112)	(24.112)
Amortização do período	(8.222)	(8.222)
Ajustes pela Cisão	888	888
Saldo em 31/12/2021	(31.446)	(31.446)
Amortização do período	(7.812)	(7.812)
Saldo em 31/12/2022	(39.258)	(39.258)
Valor contábil		
Saldo em 31/12/2021	19.004	19.004
Saldo em 31/12/2022	11.232	11.232

O Intangível é composto pelas aquisições de *softwares*, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

(15) FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais e Serviços	65.125	8.479	68.021	11.391
Retenção Contratual	4.370	21.512	4.370	21.513
Total	69.495	29.992	72.391	32.904

Referem-se às aquisições e contratações realizadas junto aos fornecedores fabricantes ou distribuidores de materiais, assim como os prestadores de serviços, para viabilizar as realizações das obras ou para a manutenção do custeio.

(16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Folha de Pagamento Líquida	-	7.794	-	7.794
Provisão para Férias, 13 ^o Salário, Gratificações e Encargos Sociais	17.205	37.030	17.205	37.043
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.755	5.693	2.755	5.693
Prêmio Assiduidade	6	282	6	282
	19.966	50.799	19.966	50.812

Em 2022, houve readequação da data de pagamento dos colaboradores, que em 2021 recebiam salário no 5^o dia útil do mês subsequente e passaram a receber no último dia útil do mês corrente. Por essa razão, houve redução na rubrica de Folha de Pagamento Líquida.

(17) OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.928	23.230	19.248	23.404
Contribuição social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.629	9.921	3.802	10.010
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.557	33.151	23.051	33.414
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.286	101	1.578	204
Programa de integração social - PIS	1.798	1.535	1.815	1.544
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.326	7.155	8.403	7.197
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.516	6.171	7.516	6.182
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	890	1.467	890	1.467
IRRF Sobre JSCP	14.250	-	14.250	-
Outros	2.017	4.512	4.653	5.510
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	36.083	20.941	39.105	22.105
Total Circulante	58.640	54.092	62.156	55.518
Não circulante				
Outros	-	-	4.921	5.218
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	4.921	5.218
Total Não circulante	-	-	4.921	5.218

(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora					
	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pré Fixado	3.147	(2.900)	42	-	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	-	(1.855)	23.489
Total Moeda Nacional	30.316	(6.732)	2.048	-	(1.901)	23.731
Moeda estrangeira						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Total Moeda estrangeira	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Total	679.679	(590.367)	7.810	(25.982)	(47.409)	23.731
Circulante	656.088					4.179
Não circulante	23.591					19.552

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5%	242	3.147	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		242	3.147		
Pós fixado					
TJLP	TJLP + 3,05%	23.489	27.169	2016 a 2029	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		23.489	27.169		
Total moeda nacional		23.731	30.316		
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários Incentivados	US\$ + de 1,31% a 4,59%	-	649.363	2017 a 2022	República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul
Total moeda estrangeira		-	649.363		
Total		23.731	679.679		

O valor de R\$ 23.731 (R\$ 30.316 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A Companhia cede fiduciariamente em favor do BNDES títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do contrato de financiamento.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:



<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Controladora</u>
2024	3.861
2025	3.861
2026	3.861
2027	3.861
2028 a 2029	4.108
Total	19.552

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2022 foram liquidados antecipadamente R\$ 575.470 empréstimos bancários incentivados (AFD e BID), cujos vencimentos originais eram até 2036 e 2037.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas.

As apurações são feitas anualmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00
- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total maior ou igual a 30%

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(19) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Captação</u>	<u>Encargos e atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Mensuradas ao custo - pós fixado				
CDI	-	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	-	(2.199)	183	(2.016)
Total	-	957.801	79.434	1.037.235
Circulante	-			78.937
Não circulante	-			958.298

Os detalhes de debêntures estão demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Faixa de vencimento</u>	<u>Garantia</u>
Mensuradas ao Custo - Pós fixado					
CDI	CDI + 1,34% e CDI + 1,47%	1.039.251	-	2027 a 2029	Finança da CPFL Energia
Gastos com Captação		(2.016)			
Total		1.037.235			

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Controladora</u>
2027	258.743
2028	349.686
2029	349.869
Total	958.298



Adições no exercício

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
			Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI								
8ª Issuance - EEEL18	08/06/2022	260.000	260.000	259.404	Semestral	01 Parcela em maio 2027	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%
8ª Issuance - EEEL28	08/06/2022	700.000	700.000	698.397	Semestral	02 parcelas anuais a partir de maio 2028	CDI + 1,47%	CDI + 1,47%
			960.000	957.801				

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	308	316	308	316
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	1.145	3.165	1.145	3.165
Provisão Plano Único	14.296	22.169	14.296	22.169
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	3.905	3.781	3.905	3.781
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	1.357	7.133	1.357	7.133
Provisão Plano CEEEPREV	45.700	62.086	45.700	62.086
Contrato 1254/95 - Plano Único	3.643	3.528	3.643	3.528
	70.355	102.178	70.355	102.178
Não circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	3.026	3.541	3.026	3.541
Provisão Plano Único	148.178	241.597	148.178	241.597
Contrato 1254/95 - Plano Único	23.074	28.846	23.074	28.846
Provisão Plano CEEEPREV	209.026	401.281	209.026	401.281
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	24.719	30.919	24.719	30.919
	408.023	706.184	408.023	706.184
Total	478.377	808.362	478.377	808.362

20.1 Características:

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

(i) “Plano CEEEPREV”: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.



Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. No momento, aguardam julgamento no próprio TJRS embargos de declaração opostos por todas as partes contra o acórdão. Sobre o tema ainda tramita a Suspensão de Liminar e Sentença perante a Presidência e a Corte Especial do STJ n. 3.163, que possui decisão favorável para as Companhias. Em atendimento a tutela antecipada antecedente do Processo 50224494-89.2022.8.21.7000/RS, a controlada desde março de 2022 vem recolhendo sua contribuição de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. O valor envolvido na ação judicial corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março a dezembro de 2022 o valor de R\$ 41.369 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado dentro do déficit total do plano, não representando repercussão financeira adicional.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “**Plano Único**”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

(iii) “**Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP**”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação

20.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2022			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	469.069	3.335	787.163	1.259.567
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.337)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	194.848	3.335	292.048	490.230

	31/12/2021			
	Plano Único	CTP	CEEPREV	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.247.743	3.857	1.901.248	3.152.848
Valor justo dos ativos do plano	(951.603)	-	(1.403.182)	(2.354.785)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	296.140	3.857	498.066	798.063
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-	-	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	296.140	3.857	498.066	798.063

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:



	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	1.554.790	4.159	237.346	2.518.425	4.314.720
Efeito risk sharing no início do exercício	(238.744)	-	-	-	(238.744)
Efeito Cisão GT	(43.558)	-	-	(14.504)	(58.062)
Custo do serviço corrente bruto	(446)	-	-	6.768	6.322
Juros sobre obrigação atuarial	44.603	256	5.961	164.478	215.298
Contribuições de participantes vertidas no exercício	14.003	-	-	997	15.000
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Efeito risk sharing no final do exercício	(257.756)	-	-	(412.896)	(670.652)
Benefícios pagos no ano	(142.103)	(308)	(19.409)	(158.886)	(320.706)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	1.247.743	3.857	-	1.901.248	3.152.848
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	-	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	-	119.399	194.111
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	-	-	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	-	(19.129)	(80.459)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(16.465)	-	-	(82.219)	(98.684)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	-	-	(193.998)	(339.702)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	1.084.134	3.335	-	1.757.866	2.845.336

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(1.063.540)	-	-	(1.507.722)	(2.571.262)
Efeito Cisão GT	29.796	-	-	8.683	38.479
Rendimento esperado no exercício	(30.240)	-	-	(98.218)	(128.458)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(14.003)	-	-	(997)	(15.000)
Contribuições de patrocinadoras	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	6.855	-	-	95.588	102.443
Benefícios pagos no exercício	142.103	308	19.409	158.886	320.706
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(951.605)	-	-	(1.403.182)	(2.354.785)
Rendimento esperado no exercício	(46.559)	-	-	(74.394)	(120.953)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(31)	-	-	(1.378)	(1.409)
Contribuições de patrocinadoras	(14.296)	-	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	-	(135.162)	(157.663)
Benefícios pagos no exercício	145.704	-	-	193.998	339.702
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(889.288)	-	-	(1.465.818)	(2.355.106)

20.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	498.066	798.064
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	44.598	57.684
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.663)
Efeito risk sharing	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.048	490.232
Outras contribuições	-	-	(11.855)	(11.855)
Total passivo	194.848	3.335	280.193	478.377

Circulante	70.355
Não Circulante	408.023

	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	245.625	4.159	237.346	1.010.703	1.497.833
Efeito Cisão GT	(6.881)	-	-	(5.821)	(12.702)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	13.917	256	5.961	73.028	93.162
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	6.855	-	-	95.588	102.443
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
Efeito risk sharing	(257.756)	-	-	(412.896)	(670.652)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	-	498.066	798.063
Outras contribuições	3.165	-	-	7.133	10.299
Total passivo	299.305	3.857	-	505.199	808.362

Circulante	28.862	316	-	73.000	102.178
Não Circulante	270.443	3.541	-	432.200	706.184

20.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas a seguir:



	2023
CPFL Transmissão - Plano Único	13.607
CPFL Transmissão - CTP	360
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	47.235
Total	61.202

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2032	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	135.689	137.958	140.069	141.956	873.792	1.429.464
CPFL Transmissão - CTP	360	351	340	325	1.485	2.861
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	201.616	200.576	206.315	211.772	1.379.494	2.199.773
Total	337.665	338.885	346.724	354.053	2.254.771	3.632.098

20.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021 são como segue:

	2023 estimadas			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	328	111.805	179.175
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Total da despesa (receita)	23.948	328	29.344	53.620

	2022 realizadas			
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
Total da despesa (receita)	12.703	383	44.598	57.684

	2021 realizadas				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(446)	-	-	6.768	6.322
Juros sobre obrigações atuariais	44.603	256	5.961	164.478	215.298
Rendimento esperado dos ativos do plano	(30.240)	-	-	(98.218)	(128.458)
Total da despesa (receita)	13.917	256	5.961	73.028	93.162

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEEPREV BD	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	10,38% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,03% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSsb v.2021 MF (-10) (****)	BR-EMSsb-2015 MF (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o Plano Único é AT-2000 por sexo.

20.6 Ativos do plano

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:



	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	67%	70%	65%	64%
Títulos públicos federais	58%	59%	56%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	4%	5%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	3%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	3%	3%	1%	1%
Renda variável	19%	21%	21%	23%
Fundos de investimento em ações	19%	21%	21%	23%
Investimentos estruturados	7%	6%	9%	8%
Fundos de investimento multimercado	7%	6%	9%	8%
Cotados em mercado ativo	94%	97%	96%	95%
Imóveis	1%	2%	1%	1%
Operações com participantes	3%	2%	4%	4%
Outros ativos	2%	-1%	-1%	-1%
Depósitos judiciais e outros	2%	-1%	-1%	-1%
Não cotados em mercado ativo	6%	3%	4%	5%
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	FAMILIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	66%	67%
Renda variável	16%	17%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	4%
Investimentos estruturados	14%	12%
Investimentos no exterior	0%	0%
	100,00%	100,00%

20.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CEEEPREV		Total
		Plano Único	BD	
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.443	49.935	76.378
	+0,25 p.p.	(25.514)	(48.001)	(73.515)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(35.089)	(43.290)	(78.379)
	-1 ano	34.642	42.675	77.317

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a..

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

20.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a



análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(21) OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Conta de Desenvol Energético - Quota da CDE	7.459	8.832	7.465	8.942
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	156	44	211
Recursos P&D	29.021	26.894	29.178	26.967
Recursos FNDCT	326	569	345	580
Recursos MME	318	285	328	290
Total circulante	37.124	36.735	37.360	36.990
Não circulante				
Recursos P&D	3.961	3.837	3.961	3.837
Subvenções investimentos	53.227	56.127	53.227	56.127
Outras obrigações da concessão	3	-	3	-
Total não circulante	57.191	59.964	57.191	59.964

(22) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante e avaliação individualizada de seus casos, atribuem riscos prováveis e possíveis, sendo a movimentação das contingências do ano de 2022 o primeiro exercício integral de alinhamento com as práticas da adquirente da Companhia. As contingências trabalhistas são atualizadas pela Selic, IPCA e TR (taxa referencial), aplicando-se juros de 1%, conforme decisões judiciais de cada caso, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela Selic (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	Controladora									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	233.752	10.998	16.287	-	-	261.037	171.949	13.595	14.147	199.690
Riscos Possíveis/ Remotos	221.281	211.469	9.230	11	53	442.044	139.341	80.069	44.370	263.780
	455.033	222.467	25.517	11	53	703.081	311.290	93.664	58.517	463.470
	Consolidado									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambiental	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	233.918	30.209	16.287	-	-	280.415	172.077	30.796	14.147	217.019
Riscos Possíveis/ Remotos	221.281	248.445	9.230	11	53	479.021	139.341	113.515	44.370	297.226
	455.199	278.655	25.517	11	53	759.435	311.418	144.311	58.517	514.245

22.1 Composição dos processos de riscos prováveis

Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:



	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	8.771	550	-	9.321	25.117	2.680	-	27.797
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	224.981	10.448	16.287	251.716	146.832	10.914	14.147	171.893
Total geral	233.752	10.998	16.287	261.037	171.949	13.594	14.147	199.690

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	8.771	550	-	9.321	25.117	2.680	-	27.797
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	225.147	29.659	16.287	271.094	146.960	28.115	14.147	189.222
Total geral	233.918	30.209	16.287	280.415	172.077	30.795	14.147	217.019

22.2 Movimentação da provisão para contingências

	Controladora				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2020	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171
(+) Novos Ingressos	128.534	10.622	13.030	-	152.236
(-) Pagamentos	(26.058)	(2.681)	(5.511)	-	(34.250)
(-) Montantes Revertidos	(54.350)	(10.463)	(12.252)	-	(77.116)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.437	1.625	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	(212.965)
Saldo em 31/12/2021	171.948	13.595	14.147	-	199.690
(+) Novos Ingressos	159.542	22.280	935	-	182.757
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	-	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.221)	(23.291)	(1.114)	-	(128.626)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	-	21.248
Saldo em 31/12/2022	233.752	10.998	16.287	-	261.037

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2020	146.977	148.383	20.239	15.582	331.182
(+) Novos Ingressos	128.534	27.383	13.030	-	168.997
(-) Pagamentos	(26.188)	(2.681)	(5.688)	-	(34.557)
(-) Montantes Revertidos	(54.485)	(10.463)	(12.253)	-	(77.252)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	(212.965)
Saldo em 31/12/2021	172.076	30.796	14.147	-	217.019
(+) Novos Ingressos	159.587	25.510	935	-	186.032
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	-	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.228)	(24.510)	(1.114)	-	(129.851)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	-	21.248
Saldo em 31/12/2022	233.918	30.210	16.287	-	280.415

22.3 Natureza das ações

22.3.1 Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis.

22.3.2 Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

22.3.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 16.287 (R\$ 14.147 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, principalmente, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

(23) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

23.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Crédito (Débito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(127.392)	(75.193)
Subtotal	(127.392)	(75.193)
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(353.868)	(208.870)
Subtotal	(353.868)	(208.870)
Total	(481.260)	(284.063)

23.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	27.445	76.236	22.462	62.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	721	2.002	108	301
Provisão relacionada a pessoal	396	1.101	1.669	4.635
Instrumentos financeiros	-	-	(2.547)	(7.076)
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.602)	(18.338)	(5.893)	(16.371)
Registro de concessões - Ajuste Financeiro (IFRS / CPC)	(148.513)	(412.535)	(91.825)	(255.070)
Outros	(840)	(2.333)	834	2.317
Total	(127.392)	(353.868)	(75.193)	(208.870)

23.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Controladora
Expectativa de recuperação	
2023	19.707
2024	10.379
2025	10.379
2026	10.379
2027	10.379
2028 a 2030	31.126
á partir 2031	20.736
Total	113.084



23.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	Controladora			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.157.545	1.157.545	562.919	562.919
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	54.219	54.219	49.914	49.914
Juros sobre o capital próprio	(95.000)	(95.000)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.838	1.951	369	(1.771)
Base de cálculo	1.118.602	1.118.715	613.201	611.061
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(100.674)	(279.679)	(55.188)	(152.765)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	34.670	96.304	(27.677)	(89.514)
Total	(66.005)	(183.375)	(82.865)	(242.279)
Corrente	(13.322)	(37.034)	(47.439)	(99.501)
Diferido	(52.683)	(146.341)	(35.426)	(142.778)

(24) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Obrigações com Obras da Transmissão	6.134	6.134	6.134	6.134
Contrato de Compartilhamento	-	6.637	-	6.637
Contas a Pagar Judicial	5.629	538	5.629	538
Adiantamento de Clientes	2.121	699	2.121	699
Contas a Pagar para CEEE-D e CEEE-G	4.390	5.937	4.390	5.937
Provisões Sócio Ambientais	11.399	10.362	11.399	10.362
Arrendamentos a Pagar	1.554	3.673	1.554	3.673
Outros Credores	12.245	6.904	12.623	6.905
Total circulante	43.472	40.885	43.850	40.885
Não circulante				
Provisão Auto de Infração	-	-	-	6.249
Provisões Sócio Ambientais	47.493	44.346	47.493	44.346
Provisão do Contrato Oneroso	-	-	53.087	103.391
Provisão para Realização de AFAC	-	-	26.297	120.600
Arrendamentos a Pagar	5.200	1.417	5.200	1.417
Outros Credores	8.207	7.612	8.228	1.387
Total não circulante	60.901	53.375	140.305	277.390

Adiantamento de clientes - refere-se aos adiantamentos realizados por clientes para compensação na competência seguinte a partir do registro efetivo do documento de cobrança no contas a receber.

Provisão Socioambiental: refere-se a licenças e obrigações socioambientais relacionadas a concessão.

Provisão de Contrato Oneroso - Em função do atraso nas obras e de aumento dos custos relacionados ao contrato de concessão referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010 da controlada TESB, apurou-se uma provisão para contrato oneroso no valor de R\$ 53.087 (R\$ 103.391 em 31 de dezembro de 2021), baseada na obrigação dos pagamentos deduzida das respectivas receitas relacionadas ao contrato. Estes valores são contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	6.381.908	66,08
ELETOBRAS	-	-	-	-	-	-	3.154.674	32,66
Demais Acionistas	-	-	-	-	-	-	121.865	1,26
Total	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.658.447	100

Em 14 de outubro de 2021, a CPFL Cone Sul assumiu o controle da Companhia. Em abril de 2022, como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e



voluntária de ações preferenciais de emissão, passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%). Em dezembro de 2022, como resultado do resgate compulsório de ação em circulação, passou a deter 100% do capital social total da Companhia.

Oferta Pública de Ações

Em 10 de outubro de 2022, por meio do Ofício nº 528/2022/CVM/SRE/GER-1, foi concedido pela CVM o registro e a autorização para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., acionista controladora da Companhia, realizar a oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, para conversão de registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM como emissora de valores mobiliários, da categoria “A” para a categoria “B”.

Em 07 de dezembro, por meio de Fato Relevante, e em complemento aos fatos relevantes divulgados em 12 de agosto de 2022, 11 de outubro de 2022, 19 de outubro de 2022, 10 de novembro de 2022, 16 de novembro de 2022, 18 de novembro de 2022 e 30 de novembro de 2022, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia (“AGE”), o resgate da totalidade das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA, conforme o disposto no artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações (“Resgate Compulsório”). O preço do resgate é de R\$ 242,68 por ação ordinária e R\$ 229,27 por ação preferencial, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 22 de novembro 2022, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de dezembro de 2022). Nota explicativa 25.3

25.1 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 0,64 vezes o EBITDA em 2022 (-0,42 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

25.2 Reserva de Capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 é de (R\$ 16.148), que compreende: i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666) e ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 482).

25.3 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 526.753, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 67.091; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de 354.367 e iii) Reserva de lucros a realizar de 59.887.

25.4 Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.049)	(1.504)
Perda Atuarial	(295.005)	(600.217)
	<u>(300.055)</u>	<u>(601.721)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

25.5 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

Na RCA de 16 de maio de 2022, foi aprovado: (i) transferência de saldo total da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$421.658, para a Reserva de Dividendos Não Distribuídos e consequente adequação do balanço contábil da CPFL Transmissão para refletir a transferência de saldos ora indicada; e (ii) declaração dos dividendos de R\$ 1.221.174, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, utilizando-se o saldo da Reserva de Dividendos Não Distribuídos. Os pagamentos dos dividendos serão efetuados em datas



a serem definidas pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, até 31 de dezembro de 2022 nos termos da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de dezembro de 2022 foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 80.750, líquido de impostos, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022. Adicionalmente, a Companhia está propondo para o exercício de 2022, o montante de R\$ 572.931 de dividendo adicional proposto.

Em 2022, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.218.652.

25.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido base para destinação	908.166
Reserva legal	(45.408)
Reserva de lucro a realizar	(59.887)
Juros sobre capital próprio	(95.000)
Dividendos mínimo Obrigatório	(134.939)
Dividendo Adicional Proposto	(572.931)

(26) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	Controladora		
	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	897.528	10.637	908.166
Denominador Básico			
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>94,68</u>	<u>94,68</u>	<u>94,68</u>
	31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	47.816	762	48.578
Denominador Básico			
Média das Ações	9.506.875	151.572	9.658.447
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>5,03</u>	<u>5,03</u>	<u>5,03</u>
	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro (Prejuízo) para as ações ordinárias	897.528	47.816	
Lucro (Prejuízo) para as ações preferenciais	10.637	762	
	<u>908.166</u>	<u>48.578</u>	
Denominador Diluído			
Ações Ordinárias	9.480.088	9.506.875	
Ações Preferenciais	112.356	151.572	
	<u>9.592.444</u>	<u>9.658.447</u>	
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>94,68</u>	<u>5,03</u>	

(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual (27.1)	874.031	805.051	890.890	821.581
Receita de Operação e Manutenção	537.910	539.024	545.135	545.781
Receita com construção da infraestrutura	268.757	103.443	292.416	124.500
Outras Receitas (27.2)	355.202	17.671	334.024	12.265
	2.035.900	1.465.189	2.062.465	1.504.127
Deduções da Receita operacional				
PIS/COFINS	(107.554)	(111.504)	(108.389)	(112.163)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(97.708)	(101.907)	(97.708)	(101.907)
Encargos Setoriais (27.3)	(42.095)	(38.640)	(42.874)	(39.682)
Outras deduções	(4.265)	(1.461)	(4.265)	(1.461)
Total deduções da Receita operacional	(251.623)	(253.512)	(253.237)	(255.212)
Receita Operacional Líquida	1.784.277	1.211.677	1.809.229	1.248.915

27.1 Remuneração/Atualização do ativo contratual – refere-se à receita de remuneração do ativo contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão mencionados na nota 11.

Nesta rubrica também são incluídas as atualizações monetárias relacionados aos contratos de concessão, vigentes desde 1º de julho de 2022 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2022.

27.2 Outras Receitas – o saldo de R\$ 320.681 refere-se a remensuração do ativo de contrato oriundo a RTP – Revisão tarifária periódica, conforme evidenciado na nota 11.

O saldo de R\$ 34.521 em outras receitas reconhecidas pela Companhia está relacionado ao compartilhamento de infraestrutura e serviços de engenharias prestados dentro do grupo.

27.3 Encargos Setoriais – os encargos setoriais são previstos em lei e definidos pela Aneel, são destinados a pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização do serviço de energia Elétrica (TFSE), compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) e demais encargos do consumidor.



(28) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(142.805)	(128.225)	-	-	(26.213)	(40.537)	-	-	(169.018)	(168.762)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(64.624)	(91.183)	-	-	(612)	(13.960)	-	-	(65.236)	(105.143)
INSS - Empregador	(21.052)	(26.253)	-	-	(2.511)	(3.577)	-	-	(23.563)	(29.830)
Administradores	(1.305)	(383)	-	-	(3.174)	(698)	-	-	(4.479)	(1.081)
Subtotal Pessoal / Administradores	(229.786)	(246.044)	-	-	(32.510)	(58.772)	-	-	(262.296)	(304.816)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	-	(11.121)	-	-	-	-	-	-	-	(11.121)
Total Pessoal e Administradores	(229.786)	(257.165)	-	-	(32.510)	(58.772)	-	-	(262.296)	(315.937)
Material	(2.490)	(2.898)	-	-	(2.243)	(1.028)	-	-	(4.733)	(3.926)
Serviço de Terceiros	(19.452)	(35.419)	-	-	(43.140)	(24.682)	-	-	(62.592)	(60.101)
Depreciação e Amortização	1.487	(3.176)	-	-	(8.523)	(8.493)	-	-	(7.036)	(11.669)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.186)	-	-	-	-	-	-	(3.943)	(6.186)
Custo de Construção	(198.376)	(103.443)	-	-	-	-	-	-	(198.376)	(103.443)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-
Despesas de Locação	1.036	(1.884)	-	-	(6.737)	(1.659)	-	-	(5.701)	(3.543)
Seguros	(419)	-	-	-	(4)	-	-	-	(423)	-
Tributos	(471)	(2.366)	-	-	(9.741)	(841)	-	-	(10.212)	(3.207)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.810)	(3.102)	-	-	-	-	(6.810)	(3.102)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(66.774)	(95.079)	(66.774)	(95.079)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(5.130)	(11.440)	(5.130)	(11.440)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(3.947)	(3.296)	(3.947)	(3.296)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(8.266)	(181.916)	(8.266)	(181.916)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(574)	1.211	(574)	1.211
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	94.303	-	94.303	-
Outros	(25)	351	-	-	(342)	1.359	(774)	99	(1.141)	1.809
TOTAL	(452.439)	(412.186)	(6.810)	(3.102)	(103.252)	(94.116)	8.838	(290.421)	(553.663)	(799.824)



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(142.805)	(128.225)	-	-	(26.213)	(40.537)	-	-	(169.018)	(168.762)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(64.624)	(91.183)	-	-	(612)	(13.960)	-	-	(65.236)	(105.143)
INSS - Empregador	(21.052)	(26.253)	-	-	(2.511)	(3.577)	-	-	(23.563)	(29.830)
Administradores	(1.305)	(383)	-	-	(3.300)	(698)	-	-	(4.605)	(1.081)
Subtotal Pessoal / Administradores	(229.786)	(246.044)	-	-	(32.636)	(58.772)	-	-	(262.422)	(304.816)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	-	(11.121)	-	-	-	-	-	-	-	(11.121)
Total Pessoal e Administradores	(229.786)	(257.165)	-	-	(32.636)	(58.772)	-	-	(262.422)	(315.937)
Material	(2.494)	(4.137)	-	-	(2.245)	(1.028)	-	-	(4.739)	(5.165)
Serviço de Terceiros	(23.114)	(37.963)	-	-	(45.292)	(24.682)	-	-	(68.406)	(62.645)
Depreciação e Amortização	1.484	(3.176)	-	-	(8.523)	(8.493)	-	-	(7.039)	(11.669)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(3.943)	(6.185)	-	-	-	-	-	-	(3.943)	(6.185)
Custo de Construção	(240.069)	(216.332)	-	-	-	-	-	-	(240.069)	(216.332)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-
Despesas de Locação	1.036	(1.884)	-	-	(6.740)	(1.659)	-	-	(5.704)	(3.543)
Seguros	(419)	-	-	-	(229)	(238)	-	-	(648)	(238)
Tributos	(471)	(2.366)	-	-	(9.917)	(1.342)	-	-	(10.388)	(3.708)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.810)	(3.102)	-	-	-	-	(6.810)	(3.102)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	(16.306)	-	-	-	-	(66.774)	(95.078)	(66.774)	(111.385)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(5.130)	(11.440)	(5.130)	(11.440)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(3.947)	(3.296)	(3.947)	(3.296)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(8.266)	(164.707)	(8.266)	(164.707)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(574)	1.211	(574)	1.211
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	94.303	(120.600)	94.303	(120.600)
Outros	(50.394)	339	-	-	(342)	(1.367)	(774)	99	(51.510)	(930)
TOTAL	(548.170)	(545.177)	(6.810)	(3.102)	(105.936)	(97.581)	8.838	(393.813)	(652.078)	(1.039.673)

(29) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras Receitas				
Ganho nas Alienações de Materiais	14.243	135.505	14.243	135.505
Arrendamento e Aluguéis	-	1.801	-	1.801
Resultado Alienação de Investimento (TSLE)	-	37.260	-	37.260
Outras	(1.214)	(2.691)	(1.214)	(2.691)
Total	13.029	171.875	13.029	171.875
Outras Despesas				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(17.894)	(2.759)	(17.894)	(2.759)
Resultado Alienação de Investimento (FOTE)	-	(31.968)	-	(31.968)
Outras	(14.397)	1.696	(2.685)	1.696
Total	(32.291)	(33.031)	(20.579)	(33.031)

(30) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	41.603	21.425	42.337	21.677
Acréscimos e multas moratórias	150	-	160	-
Atualização de depósitos judiciais	10.301	3.410	10.301	3.410
Atualizações monetárias e cambiais	112.592	124.849	112.592	124.849
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.480)	-	(3.480)	-
Outros	11.991	9.982	15.101	10.730
Total	173.156	159.666	177.011	160.666
Despesas				
Encargos de dívidas	(92.810)	(18.885)	(93.347)	(19.107)
Atualizações monetárias e cambiais	(35.996)	(156.435)	(35.996)	(156.435)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(16.524)	-	(16.524)	-
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(2.298)	-	(2.298)	-
Atualização Contingências Judiciais Cíveis	965	-	965	-
Outros	(26.080)	(31.089)	(26.106)	(31.097)
Total	(172.743)	(206.409)	(173.307)	(206.639)
Resultado financeiro	413	(46.743)	3.704	(45.973)

(31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Concessionárias e Permissionárias:** Refere-se aos saldos de contas a receber sobre valores faturados de uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CEEE-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- Contribuição Patrocinadora:** Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-T sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 20.



- d) **Empréstimo:** Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.
- e) **Despesa operacional - Pessoal:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.
- f) **Renda de Prestação de Serviço:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.
- g) **Custos a Reembolsar:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 4.804 (R\$ 1.224 em 2021). Este valor é composto por R\$ 3.644 (R\$1.217 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 54 (R\$ 7 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.106 de outros benefícios de longo prazo.



Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

CONTROLADORA															
31/12/2022															
	Fundação ELETROCEEE	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	CPFL Serviços	CPFL Finanças	CPFL Infra	CPFL Pessoas	CPFL Eficiência energética	CPFL Transmissão Sul II	Total
Ativo															
Concessionárias e Permissionárias	-	-	4.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.604
Outros Créditos a Receber	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	242
	-	-	4.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	4.846
Passivo															
Fornecedores	-	-	26	-	-	-	-	-	10.329	633	1.417	846	734	-	13.985
Contribuição Patrocinadora	1.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.357
Contrato de Compartilhamento	-	-	21	88	75	-	-	253	-	-	-	-	-	-	436
Outros Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	7.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.548
	8.905	-	47	88	75	-	-	253	10.329	633	1.417	846	734	-	23.327
Resultado															
Renda da Prestação de Serviços	-	21.180	882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209	22.270
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	328.011	17.750	6.576	1.835	93	716	-	-	-	-	-	-	354.981
Despesa Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa operacional – Pessoal	6.973	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.973
Despesas Operacionais - MSO	-	-	-	-	-	-	-	15.727	-	-	-	-	734	-	16.461
Alocação de gastos	-	-	124	526	448	-	-	1.517	-	2.937	3.382	1.224	-	-	10.158
Despesas Gerais e Administrativas	-	18	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	20
Receita financeira	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Despesa financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	(94.303)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.303)
	6.973	(73.106)	329.023	18.276	7.024	1.835	93	2.233	15.727	2.940	3.382	1.224	734	209	316.567

CONTROLADORA											
31/12/2021											
	CEEE-G	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	Total
Ativo											
Concessionárias e Permissionárias	-	-	-	-	28.475	1.201	480	141	8	60	30.364
Outros Créditos a Receber	-	-	-	11.773	-	-	-	-	-	-	11.773
Pagamento antecipado PROINFA	-	-	1.862	-	-	-	-	-	-	-	1.862
	-	-	1.862	11.773	28.475	1.201	480	141	8	60	44.000
Passivo											
Contribuição Patrocinadora	-	6.923	-	-	-	-	-	-	-	-	6.923
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	-	7.309	-	-	-	-	-	-	-	-	7.309
	-	14.232	-	-	-	-	-	-	-	-	14.232
Resultado											
Renda da Prestação de Serviços	-	-	-	5.406	133	-	-	-	-	-	5.540
Disponibilização do Sistema de Transmissão	3.050	-	-	-	84.827	3.601	1.430	428	23	182	93.541
Despesa Proinfa	-	-	23.429	-	-	-	-	-	-	-	23.429
Despesa operacional – Pessoal	-	7.245	-	-	-	-	-	-	-	-	7.245
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	-	-	120.600	-	-	-	-	-	-	120.600
	3.050	7.245	23.429	125.928	84.960	3.601	1.430	428	23	182	250.276

(32) SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	168.000
Transporte	Nacional e Internacional	18.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	6.821
Garantia	Seguro Garantia	7.120
Outros	D&O	150.000
Total		349.941

(33) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;

- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: A Transmissora receberá pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a Aneel revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Empresa.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

(34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Controladora 31/12/2022		Consolidado 31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	215.857	215.857	268.915	268.915
				<u>215.857</u>	<u>215.857</u>	<u>268.915</u>	<u>268.915</u>
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	18	(a)	Nível 2	23.731	23.731	23.731	23.731
Debêntures - principal e encargos	19	(a)	Nível 2	1.037.235	1.027.280	1.037.235	1.027.280
TOTAL				<u>1.060.966</u>	<u>1.051.012</u>	<u>1.060.966</u>	<u>1.051.012</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (ii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (ii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário Provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário Provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros passivo	23.489	baixa TJLP	6,78%	7,37%	1.731	2.164	2.597
	23.489				1.731	2.164	2.597
Instrumentos financeiros passivo	1.039.251	baixa CDI	13,65%	13,93%	144.768	180.960	217.151
	1.039.251				144.768	180.960	217.151
Total	1.062.740				146.499	183.123	219.748
Efeitos no resultado do período					146.499	183.123	219.748

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	67.598	47	137	186	118	1.408	69.495
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	761	1.039	4.665	10.785	9.435	4.454	31.139
Debêntures - principal e encargos	19	-	104.176	104.536	201.350	421.091	763.201	1.594.352
Obrigação da Concessão	21	8.103	-	-	-	-	-	8.103
Outros	24	174	-	-	-	-	-	174
Concessionárias		174	-	-	-	-	-	174
Total		76.637	105.262	109.338	212.320	430.643	769.062	1.703.263

(35) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Consolidado			Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Projetos de construção de infraestrutura	3	161.645	80.345	-	241.990
Fornecedores de materiais e serviços	5	168.548	57.810	1.133	227.491
Total		330.193	138.156	1.133	469.482

(36) ASSUNTOS REGULATÓRIOS

36.1. Parcela Variável Descontada

Em 12 de Janeiro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concluiu a apuração do indicador da Parcela Variável Descontada referente ao ano de 2022.

A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração, a Companhia novamente obteve um excelente resultado operacional, alcançando a segunda melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 0,915% da Receita Anual Permitida (RAP).

36.2 Reajuste Tarifário Anual

A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023.

A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, apresentou um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto da redução do índice de reposicionamento da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

(37) EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 Novas captações

A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foi adicionada à dívida a captação abaixo:



<u>Modalidade</u>	<u>Mês de Liberação</u>	<u>Valor Liberado</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>	<u>Destinação do Recurso</u>
Moeda nacional - CDI						
9ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	jan/23	300.000	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	(a)

a) Plano de investimeto, refinancimaneto e reforço de capital de giro.

37.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Estrella

Presidente

Yuehui Pan

Futao Huang

Karin Regina Luchesi

Luis Henrique Ferreira Pinto

Xinjian Chen

Vitor Fagali de Souza

Conselheiros

DIRETORIA

André Luiz Gomes da Silva

Diretor Presidente

Celso Guimarães Filho

Diretor de Operações

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Alexandre Almeida Serra

Diretor de Engenharia

Fu Li

Diretor Presidente Adjunto

CONTABILIDADE

Ricardo Fernando Ferreira

Gerente de Serviços Contábeis

CRC 1SP 321353/O-4

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

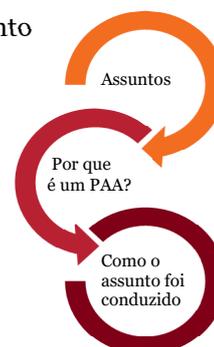
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

**Discussão judicial relacionada às
contribuições para o plano de previdência
CEEEPrev (Nota 20)**

A Companhia mantém planos de previdência nas modalidades benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido da CEEEPprev previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 2014, foi instaurado litígio judicial relacionado às contribuições não paritárias, questionando a responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, por entender que esse procedimento viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam sobre a matéria, a administração da Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPprev, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é considerar contribuições paritárias (*risk sharing*) entre patrocinador e Fundação. Dessa forma, desde março de 2022, a Companhia vem recolhendo suas contribuições de forma paritária.

O referido Plano CEEEPprev encontra-se deficitário em 31 de dezembro de 2022, uma vez que o total das obrigações atuariais estimadas no plano de benefícios definidos superam o valor justo dos ativos do plano, sendo a obrigação atribuível à Companhia, após a aplicação da paridade, de R\$ 292.048 mil

Consideramos esse tema foco de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos da administração sobre as premissas utilizadas no cálculo atuarial das obrigações do plano, incluindo a forma de contribuição paritária, as quais se sofrerem variações, podem impactar de maneira relevante as demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas atuariais, da consistência dos critérios e das premissas utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da obrigação atuarial;
- Obtenção de opinião legal de outros assessores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinado pelo advogado da respectiva causa, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pelos assessores jurídicos da Companhia;
- Envolvimento de nossos especialistas atuariais para avaliação da razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial, paridade e tábuas biométricas, bem como conferência dos cálculos aritméticos; e
- Leitura do regulamento do plano e avaliação das respectivas divulgações em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a



Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5





SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais Regulatorios	03
Demonstração dos Resultados Regulatorios	04
Demonstração dos Resultados Abrangentes Regulatorios	05
Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatorio	06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatorio	07
Relatório de Administração Regulatorio	08
Notas Explicativas	
Notas Explicativas Regulatorias	26
Parecer dos Auditores Independentes	53
Termo de Responsabilidade	60

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
CNPJ Nº 92.715.812/0001-31
Balço Patrimonial m 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		215.857	741.923
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4	113.166	99.200
Tributos Compensáveis		47.483	20.472
Almoxarifado Operacional		39.640	33.452
Investimentos Temporários		46.744	108.121
Empréstimos		-	187.180
Despesas Pagas Antecipadamente		2.357	1.862
Outros Ativos Circulantes		55.584	71.756
		520.831	1.263.966
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos Compensáveis		16.242	1
Depósitos Judiciais e Cauções		116.984	72.333
Tributos Diferidos	7	146.882	129.309
Adiantamento aos Acionistas		-	130.499
Outros Ativos Não Circulantes		325.508	200.705
Imobilizado	5	1.661.229	1.550.641
Intangível	5.2	78.788	86.561
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		385	385
		2.346.018	2.170.434
TOTAL DO ATIVO		2.866.848	3.434.400
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		69.495	29.992
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6	83.116	656.088
Provisão para Benefícios a Empregados	8	70.355	102.178
Obrigações Sociais e Trabalhistas		19.966	50.799
Tributos	7	58.640	54.092
Provisão para Litígios		9.321	27.797
Encargos Setoriais		37.124	36.735
Outros Passivos Circulantes		41.918	37.212
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		227.069	8.858
		617.004	1.003.751
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6	977.851	23.591
Provisão para Benefícios a Empregados		408.023	706.184
Provisão para Litígios	8	251.716	171.893
Encargos Setoriais		3.961	3.837
Obrigações Especiais	9	75.895	79.721
Outros Passivos Não Circulantes		55.700	51.958
		1.773.146	1.037.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social		981.343	981.343
Reservas de Capital		(17.268)	-
Reservas de Lucro		172.386	488.749
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		(930.014)	-
Proposta Distribuição De Dividendos Adicionais		572.931	-
Outros Resultados Abrangentes		182.145	(76.627)
Lucro (Prejuízo) Acumulado		(484.825)	-
		476.698	1.393.465
TOTAL DO PASSIVO		2.866.848	3.434.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
CNPJ Nº 92.715.812/0001-31
Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Receita/Ingresso		1.172.505	1.214.143
Disponibilização do Sistema de Transmissão		1.172.505	1.214.143
Tributos		(107.554)	(111.245)
PIS		(19.185)	(19.844)
COFINS		(88.369)	(91.402)
Encargos		(139.804)	(140.547)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(9.251)	(9.669)
Reserva Global de Reversão - RGR		(812)	(1.841)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(97.708)	(101.907)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(3.504)	(3.702)
Outros Encargos		(28.528)	(23.429)
RECEITA LÍQUIDA/INGRESSO LÍQUIDO		925.147	962.351
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		925.147	962.351
Custos Gerenciáveis		(537.569)	(519.368)
Pessoal e Administradores	12	(262.620)	(316.395)
Material		(4.732)	(3.926)
Serviços de Terceiros		(62.592)	(59.948)
Arrendamento e Aluguéis		(9.793)	(9.221)
Seguros		(422)	(94)
Provisões		(50.368)	(86.665)
Contribuições e Subvenções		(12)	-
(-) Recuperação de Despesas		481	4.440
Tributos		(10.212)	(2.096)
Depreciação e Amortização		(101.103)	(110.642)
Gastos Diversos		(42.433)	(88.219)
Outras Receitas Operacionais		42.118	187.337
Outras Despesas Operacionais		(35.879)	(33.939)
RESULTADO DA ATIVIDADE		387.579	442.983
Equivalência Patrimonial		26.749	(30.054)
Resultado Financeiro		727	(47.562)
Despesas Financeiras		(172.429)	(206.244)
Receitas Financeiras		173.156	158.682
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		415.055	365.367
Impostos sobre o Lucro.		(34.609)	(276.639)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OPERAÇÃO CONTINUADA (Transmissão)		380.446	88.728
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OPERAÇÃO DESCONTINUADA (Geração)		-	39.991
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		380.446	128.719
Lucro por Ação			
Básico - Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		39,98	9,19
Diluído - Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		39,98	9,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T

CNPJ Nº 92.715.812/0001-31

Demonstração dos Resultados Abrangentes dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	380.446	88.728
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	258.772	530.583
Reserva de Reavaliação	(42.895)	(46.093)
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.371)	(21.183)
Ganho/Perda Atuarial	305.212	590.657
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	1.826	7.202
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	639.217	619.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
CNPJ Nº 92.715.812/0001-31
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	380.446	88.728
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Variações Monetárias, Cambiais e Encargos de Dívidas	70.901	61.078
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	101.104	110.642
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.819	30.054
Provisão Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.....	54.131	121.910
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.438	(156)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.783	(4.698)
Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	62.551	135.176
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(11.458)	5.780
Reversão / Constituição da Perda do Ativo Recuperável.....	-	-
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo.....	(7.465)	(8.116)
Outras	57.684	37.141
Aumento de Ativos	(4.827)	256.745
Concessionárias e Permissionárias.....	(19.090)	49.946
Tributos a Recuperar.....	(42.009)	(2.123)
Estoques	(6.188)	(19.644)
Depósitos Judiciais	(44.651)	47.398
Outros Créditos a Receber	107.110	177.961
Redução de Passivos	(124.207)	(121.029)
Fornecedores	39.503	(14.016)
Obrigações Trabalhistas	(30.833)	11.800
Obrigações Fiscais	12.023	15.196
Provisão para Benefícios a Empregados	(82.456)	(109.731)
Obrigações da Concessão	(3.313)	(44.407)
Dividendos Obrigatórios	-	297.848
Outros Passivos	8.448	(109.559)
IRPJ e CSSL Pagos	(67.579)	(168.160)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	617.900	713.254
Encargos de Dívidas Pagos	(47.409)	(18.857)
Pagamento de contingências judiciais.....	(14.031)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(61.441)	(18.857)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) Redução de Investimentos	54.214	(258.325)
Dividendos Recebidos.....	3.557	3.206
Alienação de investimento.....	-	300.653
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(267.673)	(113.148)
Intangível	(40)	(1.769)
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	(5.700)	(52.532)
Reestruturação societária.....	-	(374.440)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(215.642)	(499.562)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e debêntures.....	957.801	-
Pagamento de dividendos e Juros sobre Capital próprio.....	(1.218.652)	-
Pagamento resgate compulsório de ações.....	(15.666)	-
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(590.367)	(46.165)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(866.884)	(46.165)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	741.923	593.253
No fim do exercício	215.857	741.923
	(526.067)	148.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T
CNPJ Nº 92.715.812/0001-31

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva de capital	Reserva de Lucro	Reserva de Dividendo Não Distribuído	Dividendo	Lucros / Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2020	1.565.633	-	701.275	212.526	-	-	(607.209)	1.659.699
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	128.720	-	128.720
Ações em Tesouraria	-	-	-	(706)	-	-	-	(706)
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes ativos e passivos pela Cisão	(584.290)	-	-	(75.135)	-	(39.991)	-	(699.416)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(21.183)	(21.183)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	7.202	7.202
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	(104.157)	590.657	486.500
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(104.157)	576.675	472.519
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	46.093	(46.093)	-
Pagamento de Dividendos	-	-	-	(297.849)	-	-	-	(297.849)
Adiantamento de Dividendos	-	-	-	130.499	-	-	-	130.499
Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos	-	-	-	30.665	-	(30.665)	-	-
Saldos em 31/12/2021	981.343	-	488.749	-	-	-	(76.627)	1.393.465
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	380.446	-	380.446
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(5.371)	(5.371)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.826	1.826
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	301.667	301.667
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	42.895	(42.895)	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	59.887	-	-	(59.887)	-	59.887
Constituição da Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	45.408	-	-	(45.408)	-	45.408
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	421.658	-	-	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(1.602)	-	-	-	-	-	(1.602)
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	(15.666)
Dividendo distribuído	-	-	-	(1.221.174)	-	-	-	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)
Reversão de adiantamento de dividendos	-	-	-	(130.499)	-	-	-	(130.499)
Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	981.343	(17.268)	172.386	(930.014)	572.931	(484.825)	182.145	476.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO Demonstrações Contábeis Regulatórias

Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2022**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia” ou “Concessionária”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais

A CPFL Transmissão tem o objetivo principal de atuar na operação da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, sendo sua atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuam.

A CPFL Transmissão atua no segmento transmissão de energia elétrica, através dos contratos de concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e nº 4/2021-ANEEL. A Companhia possui, equipamentos sob sua concessão distribuídos em 69 subestações. Todas estão situadas no Estado do Rio Grande do Sul, com potência instalada de 10.784 MVA. A Companhia opera 5.937 km de extensão de linhas de transmissão em tensões de 230 kV, 138 kV e 69 kV, além de ter participação em outros em 3 empreendimentos.

A CPFL Transmissão recebe pela prestação do serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao Programa de Integração Social – PIS, ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A RAP é reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, e revisada, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos.

Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul (acionista controlador) realizou as seguintes operações ao longo de 2022:

1. Oferta Pública de Aquisições de ações (“OPA”) mandatária, com leilão realizado em 6 de abril;
2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro.

Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria “A” para Categoria “B” foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatadas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

A seguir apresenta-se as tabelas demonstrando as características operacionais e financeiras das linhas de transmissão, subestações e controladas, tanto os empreendimentos em operação, quanto os em construção.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Físicas						
Instalação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de operação Comercial	Vencimento de Outorga
Integral			5.937,10	10.595,75		
LT 138kV ALEGRETE ELETROSUL/SANTA MARIA3	CS	138	190,8		19/05/2016	01/01/2043
LT 138kV CACHOEIRINHA1/TAQUARA C1	CS	138	42,6		30/12/1966	01/01/2043
LT 138kV CANOAS3/CIDADE INDUSTRIAL C1	CS	138	4		27/03/2013	01/01/2043
LT 138kV CIDADE INDUSTRIAL/SCHARLAU C1	CD	138	24,8		30/03/1963	01/01/2043
LT 138kV CIDADE INDUSTRIAL/SCHARLAU C2	CD	138	23,7		30/03/1963	01/01/2043
LT 138kV CACHOEIRINHA1/CANOAS3 C1	CS	138	8		27/03/2013	01/01/2043
LT 138kV LAGOA VERMELHA1 / PASSO FUNDO 1	CS	138	83,3		28/02/1979	01/01/2043
LT 138kV LAGOA VERMELHA2/VACARIA C1	CS	138	65,9		28/02/1979	01/01/2043
LT 138kV OSÓRIO2/TAQUARA C1 - R. SANTO ANTÔNIO	CS	138	55,5		30/12/1966	01/01/2043
LT 138kV PASSO FUNDO 1/SANTA MARTA C1	CS	138	11,7		28/02/1979	01/01/2043
LT 138kV ERECHIM1/PASSO FUNDO ELETROSUL C1	CS	138	45,7		30/10/1973	01/01/2043
LT 138kV SANTA MARIA1/SANTA MARIA3 C1	CS	138	9,9		19/05/2016	01/01/2043
LT 138kV TAQUARA/UHE CANASTRA C1	CS	138	31,2		14/03/2017	01/01/2043
LT 138kV CRUZ ALTA1/UHE JACUÍ C1	CS	138	65,9		30/08/1962	01/01/2043
LT 138kV J. CASTILHOS/UHE JACUÍ C1	CS	138	35		30/08/1962	01/01/2043
LT 138kV J. CASTILHOS/SANTA MARIA1 C1	CS	138	52		30/08/1962	01/01/2043
LT 138kV UHE JACUÍ/UHE PASSO REAL C1	CD	138	7,9		30/06/1968	01/01/2043
LT 138kV UHE JACUÍ/UHE PASSO REAL C2	CD	138	7,9		30/06/1968	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/LIVRAMENTO2 C1	CS	230	127,8		22/12/1985	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/MAÇAMBARÁ C1	CS	230	82,8		10/12/1984	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/SÃO VICENTE C1	CS	230	101,9		25/06/2015	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/URUGUAIANA5 C1	CS	230	127		18/12/1983	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/UTE URUGUAIANA C1	CS	230	129,2		18/03/2000	15/11/2053
LT 230kV BAGÉ2/LIVRAMENTO2 C1	CS	230	151,5		22/12/1985	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ3/GUAÍBA2 C1	CS	230	87,8		09/12/2014	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ3/PELOTAS3 C1	CS	230	123,3		09/12/2014	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ/GUAÍBA2 C1	CS	230	89,6		30/08/1974	01/01/2043
LT 230kV CAXIAS DO SUL2/FARROUPILHA ELETROSUL	CS	230	22,5		30/12/1977	01/01/2043

LT 230KV CAXIAS6/CAXIAS ELETROSUL C1	CS	230	19,4		29/05/2013	01/01/2043
LT 230KV CAXIAS ELETROSUL/FARROUPI LHA ELETROSUL C1	CD	230	21,3		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CAXIAS ELETROSUL/FARROUPI LHA ELETROSUL C2	CD	230	21,3		13/01/1985	01/01/2043
LT 230KV CAXIAS ESUL/NOVA PETRÓPOLIS2 C1	CS	230	22,9		29/05/2013	01/01/2043
LT 230KV CAMPO BOM/CAXIAS ELETROSUL C1	CD	230	59,8		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CAMPO BOM/CAXIAS ELETROSUL C2	CD	230	59,8		13/01/1985	01/01/2043
LT 230KV CAMPO BOM/GRAVATAÍ2 C1	CD	230	22,6		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CAMPO BOM/GRAVATAÍ2 C2	CD	230	22,6		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CHARQUEADAS ELETROSUL/SCHARLAU	CS	230	67,5		30/10/1978	01/01/2043
LT 230KV CHARQUEADAS ELETROSUL/SANTA CRUZ	CS	230	127,1		30/07/1981	01/01/2043
LT 230KV COMPLEXO IND. AUT. GRAVATAÍ/GRAVATAÍ 3	CS	230	11,6		16/12/2007	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/CHARQUE ADAS ELETROSUL	CS	230	49,6		31/03/1982	01/01/2043
LT 230KV CANOAS2/CIDADE INDUSTRIAL C1	CS	230	8,3		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/GRAVATA Í2 C2	CT	230	12,6		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/GRAVATA Í2 C3	CT	230	12,7		10/02/1985	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/GRAVATA Í2 C4	CT	230	12,7		10/02/1985	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/GUAÍBA2 C1	CS	230	38,2		29/01/2012	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/NOVA SANTA RITA C1	CT	230	21,9		09/12/1982	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/NOVA SANTA RITA C2	CT	230	21,9		30/09/1978	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/NOVA SANTA RITA C3	CT	230	21,5		30/07/1973	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/PORTO ALEGRE9	CS	230	15,8		30/12/1971	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/PÓLO PETROQUÍMICO	CS	230	23,5		30/12/1981	01/01/2043
LT 230KV CIDADE INDUSTRIAL/VENÂNCI O AIRES	CS	230	99,9		30/08/1974	01/01/2043
LT 230KV CANOAS1/CIDADE INDUSTRIAL	CS	230	13,6		16/11/2017	01/01/2043
LT 230KV CANOAS1/PORTO ALEGRE9	CS	230	3,5		16/11/2017	01/01/2043
LT 230KV CANOAS2/GRAVATAÍ2 C1	CS	230	10,7		11/09/1982	01/01/2043
LT 230KV CASTERTECH/CAXIAS DO SUL2 C1	CS	230	1,7		14/04/2003	01/01/2043

LT 230KV CASTERTECH/CAXIAS 6 C1	CS	230	4,2		29/05/2013	01/01/2043
LT 230KV ELDORADO DO SUL/GUAÍBA2	CS	230	14,7		30/04/2018	01/01/2043
LT 230KV ELDORADO DO SUL/PORTO ALEGRE9	CS	230	26,6		30/04/2018	01/01/2043
LT 230KV FARROUPILHA ELETROSUL/GARIBALD I	CS	230	21,2		17/08/2000	01/01/2043
LT 230KV FARROUPILHA ELETROSUL/SCHARLAU	CS	230	65,3		30/10/1978	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ2/GRAVATAÍ 3 C1	CD	230	13,1		30/11/2007	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ2/GRAVATAÍ 3 C2	CD	230	13,1		30/03/2010	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ2/PORTO ALEGRE6 C1	CD	230	29,2		13/01/1985	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ2/PORTO ALEGRE6 C2	CD	230	29,2		13/01/1985	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ2/PORTO ALEGRE8 C1	CS	230	18		08/06/2008	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ2/VIAMÃO3 C1	CS	230	20,5		20/12/2016	01/01/2043
LT 230KV GRAVATAÍ3/OSÓRIO2 - RAMAL FIBRAPLAC	CS	230	72,1		30/03/2010	01/01/2043
LT 230KV GUARITA/SANTA ROSA1 C1	CS	230	93		30/04/1980	01/01/2043
LT 230KV IJUÍ2/SANTO ÂNGELO2 C1	CS	230	43,2		02/05/2013	01/01/2043
LT 230KV IJUÍ2/UHE PASSO REAL C1	CS	230	104		02/05/2013	01/01/2043
LT 230KV LAJEADO2/NOVA SANTA RITA C1	CS	230	96,9		30/07/1973	01/01/2043
LT 230KV LAJEADO2/UHE PASSO REAL C1	CS	230	141,7		30/07/1973	01/01/2043
LT 230KV MAÇAMBARÁ/SÃO BORJA2 C1	CS	230	53,6		12/12/1982	01/01/2043
LT 230KV MISSÕES/SÃO BORJA2 C1	CS	230	111,8		19/12/1999	01/01/2043
LT 230KV MISSÕES/SANTO ÂNGELO ELETROSUL	CS	230	64,3		19/12/1999	01/01/2043
LT 230KV NOVA PETRÓPOLIS2/TAQUAR A C1	CS	230	41,7		29/05/2013	01/01/2043
LT 230KV NOVA SANTA RITA/PÓLO PETROQUÍMICO	CS	230	22,6		09/12/1982	01/01/2043
LT 230KV CANDELÁRIA2/UHE ITAÚBA C1	CS	230	64,9		30/09/1978	01/01/2043
LT 230KV CANDELÁRIA2/NOVA SANTA RITA C1	CS	230	157,9		30/09/1978	01/01/2043
LT 230KV OSÓRIO2/TAQUARA C1	CS	230	56,9		04/08/2003	01/01/2043
LT 230KV PORTO ALEGRE4/PORTO ALEGRE10 C1	CS	230	3,5		30/12/1974	01/01/2043

LT 230kV PORTO ALEGRE6/PORTO ALEGRE13 C1	CS	230	9,6		30/01/1972	01/01/2043
LT 230kV PORTO ALEGRE4/PORTO ALEGRE6 C1	CS	230	10,3		30/12/1974	01/01/2043
LT 230kV PORTO ALEGRE6/VIAMÃO3 C1	CS	230	8,9		20/12/2016	01/01/2043
LT 230kV PELOTAS 3/QUINTA C1	CS	230	43,7		29/01/1983	01/01/2043
LT 230kV PELOTAS 3/UTE PRESIDENTE MÉDICI	CS	230	127,1		01/05/2005	01/01/2043
LT 230kV GUARITA/PASSO FUNDO ELETROSUL	CS	230	87,1		20/01/1983	01/01/2043
LT 230kV PASSO FUNDO ELETROSUL/SANTA MARTA	CS	230	96		30/05/1978	01/01/2043
LT 230kV QUINTA/UTE PRESIDENTE MÉDICI C1	CS	230	153,1		13/12/1974	01/01/2043
LT 230kV RESTINGA/VIAMÃO3 C1 [TESB]	CS	230	17,2		06/12/2018	01/01/2043
LT 230kV SANTA MARIA3/SÃO VICENTE C1	CS	230	83,7		25/06/2015	01/01/2043
LT 230kV SANTA MARIA3/UHE DONA FRANCISCA	CS	230	66,9		30/07/1979	01/01/2043
LT 230kV SANTA MARTA/TAPERA2 C1	CS	230	60,5		30/08/1963	01/01/2043
LT 230kV SANTO ÂNGELO2/SANTO ÂNGELO ELETROSUL	CS	230	5,6		19/12/1999	01/01/2043
LT 230kV SANTA ROSA1/SANTO ÂNGELO ELETROSUL C1	CS	230	50,2		19/12/1999	01/01/2043
LT 230kV UHE DONA FRANCISCA/UHE ITAÚBA C1	CD	230	23,1		30/07/1979	01/01/2043
LT 230kV UHE DONA FRANCISCA/UHE ITAÚBA C2	CD	230	23,1		02/10/2005	01/01/2043
LT 230kV PÓLO PETROQUÍMICO/UHE ITAÚBA C1	CS	230	201		09/12/1982	01/01/2043
LT 230kV SANTA CRUZ1/UHE ITAÚBA C1	CS	230	127,5		30/07/1981	01/01/2043
LT 230kV UHE ITAÚBA/UHE PASSO REAL C1	CS	230	30,3		30/09/1978	01/01/2043
LT 230kV BAGÉ2/UTE PRESIDENTE MÉDICI C1	CS	230	50,8		22/12/1985	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ/UTE PRESIDENTE MÉDICI C1	CS	230	196		30/08/1974	01/01/2043
LT 230kV TAPERA2/UHE PASSO REAL C1	CS	230	58		30/08/1963	01/01/2043
LT 230kV UHE PASSO REAL/VENÂNCIO AIRES C1	CS	230	136,6		30/08/1974	01/01/2043
LT 230kV URUGUAIANA5/UTE URUGUAIANA C1	CS	230	5,1		22/12/1999	15/11/2053
LT 230kV JD BOTÂNICO/PORTO ALEGRE10 C1	CS	230	5,4		19/03/2019	01/01/2043

LT 230kV GRAVATAÍ2/JARDIM BOTÂNICO C1	CS	230	35,1		19/03/2019	01/01/2043
LT 69kV ALEGRETE2/ALEGRETE ELETROSUL C1	CS	69	4,6		30/12/1981	01/01/2043
LT 69kV CRUZ ALTA1/IJUÍ1 C1	CS	69	38,1		30/09/1962	01/01/2043
LT 69kV CRUZ ALTA1/PANAMBI C1	CS	69	39,6		30/07/1968	01/01/2043
LT 69kV CHARQUEADAS ELETROSUL/TRIUNFO C1	CS	69	15		30/12/1954	01/01/2043
LT 69kV IJUÍ1/SANTO ÂNGELO1 C1	CS	69	34		30/04/1963	01/01/2043
LT 69kV LAJEADO1/LAJEADO2 C1	CD	69	3,9		22/05/1994	01/01/2043
LT 69kV LAJEADO1/LAJEADO2 C2	CD	69	3,9		22/05/1994	01/01/2043
LT 69kV SANTO ÂNGELO1/SANTO ÂNGELO2 C1	CD	69	8,5		27/09/1992	01/01/2043
LT 69kV SANTO ÂNGELO1/SANTO ÂNGELO2 C2	CD	69	12,8		27/09/1992	01/01/2043
LT 69kV CHARQUEADAS ELETROSUL/SÃO JERÔNIMO C1	CS	69	12,4		30/06/1962	01/01/2043
LT 69kV SÃO JERÔNIMO ELETROSUL/TRIUNFO C1	CS	69	4,2		30/12/1954	01/01/2043
LT 69kV CARAZINHO/SANTA MARTA C1	CS	69	41,4		30/07/1980	01/01/2043
LT 69kV UHE BUGRES/UHE CANASTRA C1	CS	69	7,6		30/12/1952	01/01/2043
SE ALEGRETE 2		230		166	13/12/1981	01/01/2043
SE BAGE 2		230		200	01/08/1988	01/01/2043
SE BUGRES		69		27,25	16/09/1952	01/01/2043
SE C.INDUSTRIAL		230		400	07/07/1973	01/01/2043
SE CACHOEIRINHA 1		138		92	01/01/1956	01/01/2043
SE CAMAQUA		230		216	03/08/1975	01/01/2043
SE CAMPO BOM		230		349	27/07/1985	01/01/2043
SE CANASTRA		138		85,25	15/12/1956	01/01/2043
SE CANOAS 1		230		100	26/07/1998	01/01/2043
SE CANOAS 2		230		0	17/08/2002	01/01/2043
SE CANOAS 3 ¹		138		0	30/01/2011	01/01/2043
SE CAXIAS ²		230		0	03/03/2002	01/01/2043
SE CAXIAS SUL 2		230		207	01/05/1988	01/01/2043
SE CAXIAS SUL 5		230		50	18/07/1998	01/01/2043
SE CRUZ ALTA 1		138		116	01/01/1950	01/01/2043

SE ELDORADO SUL	230		50	28/12/1989	01/01/2043
SE EREXIM 1	138		108	28/06/1973	01/01/2043
SE FARROUPILHA 1	69		25	01/10/1967	01/01/2043
SE FIBRAPLAC	230		0	15/06/2003	01/01/2043
SE GARIBALDI 1	230		330	06/08/2000	01/01/2043
SE GRAVATAI 2	230		380	11/09/1982	01/01/2043
SE GRAVATAI 3 ²	230		0	16/12/2007	01/01/2043
SE GUAIBA 2	230		150	19/10/1997	01/01/2043
SE GUARITA	230		274	01/05/1977	01/01/2043
SE IJUI	69		50	01/01/1962	01/01/2043
SE ITAUBA	230		0	19/01/1977	01/01/2043
SE JACUI	138		25	01/10/1967	01/01/2043
SE LAJEADO 2	230		299	26/03/1995	01/01/2043
SE LIVRAMENTO 2	230		100	08/12/1993	01/01/2043
SE MACAMBARA	230		299	04/12/1983	01/01/2043
SE MISSOES ²	230		0	11/06/2010	01/01/2043
SE NOVA PRATA 2	230		200	08/11/1992	01/01/2043
SE NOVA STA RITA ²	230		0	02/04/2006	01/01/2043
SE OSORIO 2	230		303	24/09/1995	01/01/2043
SE P.PETROQUIMIC	230		100	18/01/1982	01/01/2043
SE PANAMBI	69		25	01/01/1970	01/01/2043
SE PASSO REAL	230		300	29/12/1975	01/01/2043
SE PELOTAS 3	230		299	12/01/1986	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 10	230		266	30/08/1984	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 13	230		100	31/01/1972	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 6	230		247,25	24/10/1975	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 8	230		249	08/06/2008	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 9	230		390	20/04/1980	01/01/2043
SE PRE.MEDICI	230		216,5	05/03/1974	01/01/2043
SE QUINTA	230		505	13/01/1976	01/01/2043
SE S.VICENTE SUL	230		175	13/11/1969	01/01/2043
SE SANTA CRUZ 1	230		349	02/12/1962	01/01/2043
SE SANTA MARIA 1	138		98	25/10/1962	01/01/2043
SE SANTA MARIA 3	230		249	20/01/1990	01/01/2043
SE SANTA MARTA	230		361,5	25/01/1962	01/01/2043
SE SANTA ROSA 1	230		299	30/01/1983	01/01/2043
SE SANTO ANGELO 2	230		216	24/09/1992	01/01/2043
SE SAO BORJA 2	230		200	22/11/1987	01/01/2043
SE SCHARLAU	230		235	01/01/1954	01/01/2043
SE TAPERÁ 2 ²	230		0	23/03/2005	01/01/2043
SE TAQUARA	230		342	01/09/1970	01/01/2043
SE U.D.FRANCISCA	230		0	21/01/2001	01/01/2043
SE URUGUAIANA 5	230		249	18/12/1983	01/01/2043
SE V.AIRES	230		191	24/10/1975	01/01/2043
SE JÚLIO DE CASTILHOS	138		0	08/03/2021	01/01/2043

Sociedade de Propósito Específico			786,68	2.244		
ETAU - EMPRESA TRANSMISSORA DO ALTO URUGUAI S.A.						
LT 230 kV BARRA GRANDE /	CS	230	34,63		25/07/2005	18/12/2032
LT 230 kV BARRA GRANDE /	CS	230	57,89		25/07/2005	18/12/2032
LT 230 kV LAGOA VERMELHA 2 /	CS	230	95,46		17/04/2005	18/12/2032
SE LAGOA VERMELHA 2		230		300	17/04/2005	16/04/2035
TPAE - TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.						
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /	CS	230	11,3		22/11/2013	19/11/2039
SE PORTO ALEGRE 4		230		0	22/11/2013	19/11/2039
SE PORTO ALEGRE 9		230		0	22/11/2013	19/11/2039
TESB - TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.						
JARDIM BOTANICO		230			166 19/03/2019	27/07/2041
PORTO ALEGRE 13		230			0 11/03/2019	27/07/2041
RESTINGA		230			166 06/12/2018	27/07/2041
VIAMAO 3		230			249 04/07/2017	27/07/2041
LT 230 kV JARDIM BOTANICO	CD	230	3,2		19/03/2019	27/07/2041
LT 230 kV RESTINGA /VIAMAO 3	CS	230	17,2		06/12/2018	27/07/2041

Projetos de Linhas e Subestações - Características Físicas						
Instalação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de operação Comercial	Vencimento de Outorga
Integral			2	1225		
SE Nova Prata 2 (Ampliação)		230		180		01/01/2043
SE Porto Alegre 9 (Ampliação)		230		100		01/01/2043
SE Cidade Industrial (Ampliação)		230		200		01/01/2043
LT 138 kV CIN - SCH C2 (Adequação)	CS	138	1			01/01/2043
SE Porto Alegre 6 (Ampliação)		230		100		01/01/2043
SE Porto Alegre 13 (Ampliação)		230		50		01/01/2043
SE Gravataí 2 (Ampliação)		230		100		01/01/2043
SE Cachoeirinha 1 (Adequação)		138				01/01/2043
SE Venâncio Aires (Adequação)		230				01/01/2043
SE Porto Alegre 10 (Adequação)		230				01/01/2043
SE Cruz Alta 1 (Adequação)		138				01/01/2043
SE Santa Marta (Adequação)		230				01/01/2043
SE Usina Presidente Médici (Adequação)		230				01/01/2043
SE Cachoeirinha 3		230	1	495		31/03/2051
Sociedade de Propósito Específico			12	83		
TESB - TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL LTDA.						
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 / PORTO ALEGRE 8 - RS	CS	230	12			27/07/2041
SE JARDIM BOTANICO		230		83		27/07/2041
Total			14	1308		

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras							
Instalação	Propriedade	RAP (R\$ x mil)	Ano de Degradação da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção		
		783.529,31					
LT 138 kV EREXIM 1 /PASSO FUNDO RS	100%	3.382,84	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JACUI /PASSO REAL RS	100%	515,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ITAUBA /PASSO REAL RS	100%	1.294,83	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV U.D.FRANCISCA/ITAUBA RS	100%	1.395,09	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV C.INDUSTRIAL /CANOAS 3 RS	100%	435,68	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV CANASTRA /TRES COROAS RS	100%	271,16	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV CANOAS 3 /CACHOEIRINHA 1 RS	100%	549,84	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JACUI /CRUZ ALTA 1 RS	100%	1.039,99	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JACUI /JULIO DE CASTILHOS RS	100%	1.130,72	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JULIO DE CASTILHOS /SANTA MARIA 1 RS	100%	1.675,34	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV L. VERMELHA 1 /VACARIA RS	100%	1.771,85	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV MASSEY-SPRINGER /RL (SCHARLAU / C.INDUSTRIAL) RS	100%	56,47	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV P.LANSUL /RL (SCHARLAU / C.INDUSTRIAL) RS	100%	5,54	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV S. LUIZ /RL (SCHARLAU / C.INDUSTRIAL) RS	100%	4,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SANTA MARIA 1 /SANTA MARIA 3 RS	100%	141,28	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SANTA MARIA 3 /ALEGRETE RS	100%	3.037,80	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SANTA MARTA /L. VERMELHA 1 RS	100%	2.509,25	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SCHARLAU /C.INDUSTRIAL RS	100%	634,43	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV TAQUARA /CACHOEIRINHA 1 RS	100%	887,19	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV TAQUARA /OSORIO 2 RS	100%	1.288,73	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV TRES COROAS /TAQUARA RS	100%	334,21	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ALEGRETE 2 /LIVRAMENTO 2 RS	100%	10.347,78	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ALEGRETE 2 /MACAMBARA RS	100%	6.681,01	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ALEGRETE 2 /URUGUAIANA 5 RS	100%	10.482,78	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV BAGE 2 /LIVRAMENTO 2 RS	100%	12.206,98	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /CANOAS 1 RS	100%	359,14	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /CANOAS 2 RS	100%	844,21	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /CHARQUEADAS RS	100%	3.782,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /GRAVATAI 2 RS	100%	3.166,20	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /GUAIBA 2 RS	100%	13.796,99	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /NOVA STA RITA RS	100%	3.650,87	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /P.PETROQUIMIC RS	100%	2.091,25	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /PORTO ALEGRE 9 RS	100%	530,93	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /V.AIRES RS	100%	2.355,88	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMAQUA /GUAIBA 2 RS	100%	2.125,91	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMAQUA 3 /PELOTAS 3 RS	100%	5.751,77	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMPO BOM /CAXIAS RS	100%	6.262,48	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMPO BOM /GRAVATAI 2 RS	100%	2.476,76	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CANDELARIA 2 /NOVA STA RITA RS	100%	8.570,08	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CANOAS 1 /PORTO ALEGRE 9 RS	100%	844,12	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CANOAS 2 /GRAVATAI 2 RS	100%	1.075,36	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CASTERTECH /CAXIAS SUL 6 RS	100%	89,57	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS /FARROUPILHA RS	100%	3.694,52	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS SUL 2 /CASTERTECH RS	100%	53,34	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS SUL 2 /FARROUPILHA RS	100%	940,31	Não aplicável	Julho	IPCA		

LT 230 kV CAXIAS SUL 6 /CAXIAS RS	100%	515,51	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV CHARQUEADAS /SANTA CRUZ 1 RS	100%	10.499,92	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ELDORADO SUL /PORTO ALEGRE 9 RS	100%	499,29	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV FARROUPILHA /SCHARLAU RS	100%	2.457,68	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV FIBRAPLAC /OSORIO 2 RS	100%	3.834,54	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GARIBALDI 1 /FARROUPILHA RS	100%	547,80	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /GRAVATAI 3 RS	100%	2.339,84	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /JARDIM BOTANICO FIC RS	100%	3.455,61	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /PORTO ALEGRE 6 RS	100%	4.089,80	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /PORTO ALEGRE 8 RS	100%	465,12	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /VIAMAO 3 RS	100%	668,95	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 3 /FIBRAPLAC RS	100%	2.233,21	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GUAIBA 2 /CAMAQUA 3 RS	100%	4.336,30	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GUAIBA 2 /ELDORADO SUL RS	100%	1.051,13	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GUARITA /SANTA ROSA 1 RS	100%	3.522,34	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV IJUI 2 /SANTO ANGELO 2 RS	100%	3.474,95	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ITAUBA /CANDELARIA 2 RS	100%	3.473,33	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ITAUBA /P.PETROQUIMIC RS	100%	16.225,42	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ITAUBA /SANTA CRUZ 1 RS	100%	10.497,00	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /PORTO ALEGRE 10 RS	100%	203,72	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV LAJEADO 2 /NOVA STA RITA RS	100%	2.257,92	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV LAJEADO 2 /PASSO REAL RS	100%	3.355,64	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV MACAMBARA /SAO BORJA 2 RS	100%	4.315,27	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV MISSOES /SAO BORJA 2 RS	100%	2.627,64	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV N. PETROPOLIS 2 /CAXIAS RS	100%	656,38	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV P.PETROQUIMIC /NOVA STA RITA RS	100%	1.105,35	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO FUNDO /GUARITA RS	100%	7.017,36	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO FUNDO /SANTA MARTA RS	100%	3.635,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO REAL /IJUI 2 RS	100%	8.381,06	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO REAL /TAPERA 2 RS	100%	1.349,77	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO REAL /V.AIRES RS	100%	3.195,20	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PELOTAS 3 /QUINTA RS	100%	3.539,33	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PORTO ALEGRE 10 /PORTO ALEGRE 4 RS	100%	3.115,54	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PORTO ALEGRE 6 /PORTO ALEGRE 13 RS	100%	977,59	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PORTO ALEGRE 6 /PORTO ALEGRE 4 RS	100%	378,73	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PRE.MEDICI /BAGE 2 RS	100%	4.105,56	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PRE.MEDICI /CAMAQUA RS	100%	4.627,67	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PRE.MEDICI /PELOTAS 3 RS	100%	18.520,68	2020	Julho	IGPM
LT 230 kV PRE.MEDICI /QUINTA RS	100%	3.599,95	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTA MARIA 3 /ALEGRETE 2 RS	100%	15.810,03	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTA MARIA 3 /U.D.FRANCISCA RS	100%	4.912,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTA MARTA /TAPERA 2 RS	100%	1.439,98	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTO ANGELO /MISSOES RS	100%	1.503,38	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTO ANGELO /SANTA ROSA 1 RS	100%	4.089,43	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTO ANGELO /SANTO ANGELO 2 RS	100%	158,42	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SCHARLAU /CHARQUEADAS RS	100%	2.553,89	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV TAQUARA /N. PETROPOLIS 2 RS	100%	820,32	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV TAQUARA /OSORIO 2 RS	100%	1.331,92	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV UTE URUGUAIANA /ALEGRETE 2 RS	100%	2.252,18	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV UTE URUGUAIANA /URUGUAIANA 5 RS	100%	55,41	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV VIAMAO 3 /PORTO ALEGRE 6 RS	100%	187,89	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV ALEGRETE 2 /ALEGRETE RS	100%	223,88	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV BUIGRES /CANASTRA RS	100%	124,54	Não aplicável	Julho	IPCA

LT 69 kV CRUZ ALTA 1 /IJUI RS	100%	518,25	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV CRUZ ALTA 1 /PANAMBI RS	100%	531,89	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV IJUI /SANTO ANGELO RS	100%	463,70	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV LAJEADO 1 /CERTEL 2 RS	100%	8,33	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV LAJEADO 2 /LAJEADO 1 RS	100%	375,42	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV SANTA MARTA /CARAZINHO RS	100%	978,81	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV SANTO ANGELO 2 /SANTO ANGELO RS	100%	754,13	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV SAO JERONIMO /CHARQUEADAS RS	100%	243,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV TRIUNFO /CHARQUEADAS RS	100%	244,34	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV TRIUNFO /SAO JERONIMO RS	100%	80,60	Não aplicável	Julho	IPCA
ALEGRETE 2	100%	10.284,11	Não aplicável	Julho	IPCA
BAGE 2	100%	10.469,63	Não aplicável	Julho	IPCA
BUGRES	100%	1.110,54	Não aplicável	Julho	IPCA
C.INDUSTRIAL	100%	19.053,71	Não aplicável	Julho	IPCA
CACHOEIRINHA 1	100%	9.054,29	Não aplicável	Julho	IPCA
CAMAQUA	100%	7.536,24	Não aplicável	Julho	IPCA
CAMAQUA 3	100%	147,41	Não aplicável	Julho	IPCA
CAMPO BOM	100%	10.731,87	Não aplicável	Julho	IPCA
CANASTRA	100%	1.780,05	Não aplicável	Julho	IPCA
CANOAS 1	100%	12.549,29	Não aplicável	Julho	IPCA
CANOAS 2	100%	1.234,01	Não aplicável	Julho	IPCA
CANOAS 3	100%	756,19	Não aplicável	Julho	IPCA
CASTERTECH	100%	366,09	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS	100%	2.277,33	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS SUL 2	100%	7.018,87	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS SUL 5	100%	4.151,60	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS SUL 6	100%	147,41	Não aplicável	Julho	IPCA
CRUZ ALTA 1	100%	5.375,18	Não aplicável	Julho	IPCA
ELDORADO SUL	100%	6.095,99	Não aplicável	Julho	IPCA
EREXIM 1	100%	5.747,40	Não aplicável	Julho	IPCA
FARROUPILHA 1	100%	2.804,99	Não aplicável	Julho	IPCA
FIBRAPLAC	100%	970,15	Não aplicável	Julho	IPCA
GARIBALDI 1	100%	8.035,29	Não aplicável	Julho	IPCA
GRAVATAI 2	100%	21.526,39	Não aplicável	Julho	IPCA
GRAVATAI 3	100%	1.106,28	Não aplicável	Julho	IPCA
GUAIBA 2	100%	7.492,45	Não aplicável	Julho	IPCA
GUARITA	100%	13.104,38	Não aplicável	Julho	IPCA
IJUI	100%	5.722,97	Não aplicável	Julho	IPCA
IJUI 2	100%	221,41	Não aplicável	Julho	IPCA
ITAUBA	100%	5.571,60	Não aplicável	Julho	IPCA
JACUI	100%	4.203,43	Não aplicável	Julho	IPCA
JULIO DE CASTILHOS	100%	1.744,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LAJEADO 2	100%	14.620,24	Não aplicável	Julho	IPCA
LIVRAMENTO 2	100%	7.348,95	Não aplicável	Julho	IPCA
MACAMBARA	100%	10.131,92	Não aplicável	Julho	IPCA
MISSOES	100%	133,46	Não aplicável	Julho	IPCA
N. PETROPOLIS 2	100%	147,41	Não aplicável	Julho	IPCA
NOVA PRATA 2	100%	11.454,67	Não aplicável	Julho	IPCA
NOVA STA RITA	100%	2.382,34	Não aplicável	Julho	IPCA
OSORIO 2	100%	15.028,61	Não aplicável	Julho	IPCA
P.PETROQUIMIC	100%	4.539,19	Não aplicável	Julho	IPCA
PANAMBI	100%	1.650,86	Não aplicável	Julho	IPCA

PASSO REAL	100%	10.486,18	Não aplicável	Julho	IPCA
PELOTAS 3	100%	10.186,31	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 10	100%	9.370,53	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 13	100%	7.095,80	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 4	100%	14,19	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 6	100%	9.821,52	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 8	100%	4.350,06	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 9	100%	9.337,11	Não aplicável	Julho	IPCA
PRE.MEDICI	100%	8.425,90	Não aplicável	Julho	IPCA
QUINTA	100%	21.483,40	Não aplicável	Julho	IPCA
S.VICENTE SUL	100%	12.937,04	Não aplicável	Julho	IPCA
SANREMO	100%	0,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA CRUZ 1	100%	8.084,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA MARIA 1	100%	5.780,93	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA MARIA 3	100%	8.369,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA MARTA	100%	12.244,63	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA ROSA 1	100%	11.306,07	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTO ANGELO 2	100%	9.691,44	Não aplicável	Julho	IPCA
SAO BORJA 2	100%	8.618,39	Não aplicável	Julho	IPCA
SCHARLAU	100%	13.733,59	Não aplicável	Julho	IPCA
TAPERA 2	100%	1.280,52	Não aplicável	Julho	IPCA
TAQUARA	100%	12.930,74	Não aplicável	Julho	IPCA
U.D.FRANCISCA	100%	1.483,55	Não aplicável	Julho	IPCA
URUGUAIANA 5	100%	8.517,06	Não aplicável	Julho	IPCA
UTE URUGUAIANA	100%	601,24	Não aplicável	Julho	IPCA
V.AIRES	100%	5.967,54	Não aplicável	Julho	IPCA
VIAMAO 3	100%	221,41	Não aplicável	Julho	IPCA

Sociedade de Propósito Específico		82.704,20			
ETAU - EMPRESA TRANSMISSORA DO ALTO URUGUAI S.A.					
LT 230 kV BARRA GRANDE /C.NOVOS SC	10%	3.740,82	2020	Julho	IPCA
LT 230 kV BARRA GRANDE /L.VERMELHA 2 SC/RS	10%	6.415,23	2020	Julho	IPCA
LT 230 kV L.VERMELHA 2 /SANTA MARTA RS	10%	9.301,09	2020	Julho	IPCA
L.VERMELHA 2	10%	28.683,52	2020	Julho	IPCA
C.NOVOS	10%	1.798,87	2020	Julho	IPCA
SANTA MARTA	10%	1.725,39	2020	Julho	IPCA
TPAE - TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.					
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /PORTO ALEGRE 4 RS	9,65%	9.114,08	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 4	9,65%	370,88	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 9	9,65%	370,88	Não aplicável	Julho	IPCA
TESB - TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.					
JARDIM BOTANICO	94,22%	8.741,16	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /JARDIM BOTANICO RS	94,22%	1.859,28	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV RESTINGA /VIAMAO 3 RS	94,22%	934,25	Não aplicável	Julho	IPCA
RESTINGA	94,22%	3.116,37	Não aplicável	Julho	IPCA
VIAMAO 3	94,22%	4.287,95	Não aplicável	Julho	IPCA
CANDELARIA 2	94,22%	2.244,43	Não aplicável	Julho	IPCA

Projetos de Linhas e Subestações – Características Financeiras					
Instalação	Propriedade	RAP (Mil Reais)	Ano de Degrau da RAP	Mês Base	Índice de Correção
Integral		169.473,57			
SE Nova Prata 2 (Ampliação)	100%	8.391,12	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 9 (Ampliação)	100%	19.460,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cidade Industrial (Ampliação)	100%	23.798,52	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 138 kV CIN - SCH C2 (Adequação)	100%	2.742,59	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 6 (Ampliação)	100%	16.332,41	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 13 (Ampliação)	100%	8.638,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Gravataí 2 (Ampliação)	100%	51.800,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cachoeirinha 1 (Adequação)	100%	5.502,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Venâncio Aires (Adequação)	100%	10.122,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 10 (Adequação)	100%	4.494,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cruz Alta 1 (Adequação)	100%	3.720,51	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Santa Marta (Adequação)	100%	1.468,37	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Usina Presidente Médici (Adequação)	100%	1.897,54	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cachoeirinha 3	100%	11.106,51	Não aplicável	Julho	IPCA
Sociedade de Propósito Específico		5.705,34			
TESB - TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL LTDA.					
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 / PORTO ALEGRE 8 - RS	94,22%	2.904,76	Não aplicável	Julho	IPCA
SE JARDIM BOTANICO	94,22%	2.800,58	Não aplicável	Julho	IPCA

Projetos de Linhas e Subestações – Evolução Geral e Investimentos Controladora		
Instalação	Evolução Geral	Investimento Realizado (Mil Reais)
Integral		152.619
SE Nova Prata 2 (Ampliação)	18%	26.626
SE Porto Alegre 9 (Ampliação)	10%	39
SE Cidade Industrial (Ampliação)	11%	60.839
LT 138 kV CIN - SCH C2 (Adequação)	95%	14.523
SE Porto Alegre 6 (Ampliação)	8%	1.311
SE Porto Alegre 13 (Ampliação)	4%	1
SE Gravataí 2 (Ampliação)	6%	61
SE Cachoeirinha 1 (Adequação)	9%	0
SE Venâncio Aires (Adequação)	9%	0
SE Porto Alegre 10 (Adequação)	13%	273
SE Cruz Alta 1 (Adequação)	2%	60
SE Santa Marta (Adequação)	4%	51
SE Usina Presidente Medici (Adequação)	3%	1
SE Cachoeirinha 3	55%	48.834
Sociedade de Propósito Específico		
TESB - TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL LTDA.		
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 / PORTO ALEGRE 8 - RS	54%	33.957
SE JARDIM BOTANICO	92%	42.045

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Desempenho econômico-financeiro

Em 2022, a receita operacional líquida atingiu **R\$ 925 milhões**, uma redução de 3,9% (R\$ 37 milhões) em relação a 2021. Já os custos gerenciáveis totalizaram **R\$ 538 milhões**, um aumento de 3,5% (R\$ 18 milhões).

Em 2022, o EBITDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 515 milhões**, redução de 1,6% (R\$ 8 milhões) em relação a 2021.

O resultado financeiro em 2022 foi de uma receita de **R\$ 0,7 milhões** ante a uma despesa financeira de R\$ 48 milhões em 2021. Juntamente a isso o valor pago de impostos sobre o lucro foi de **R\$ 35 milhões**, uma queda de 87,5% (R\$ 242 milhões) em relação a 2021.

O resultado líquido do exercício foi de **R\$ 380 milhões**, aumento de 328% (R\$ 292 milhões) em relação a 2021 (o resultado líquido de 2021 da operação descontinuada (Geração), no montante de R\$ 40 milhões, não foi considerado).

Investimentos - Em 2022, foram **R\$ 268 milhões** realizados investimentos significativos pela CPFL Transmissão.

Captações de recursos - Para viabilizar o programa de investimentos, a CPFL Transmissão utilizou recursos de emissão de debêntures (R\$ 960 milhões).

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da CPFL Transmissão era de R\$ 981,3 milhões, dividido em 9.480.088 ações ordinárias e 112.356 ações preferenciais, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos –Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Companhia de 16 de maio de 2022, foi aprovada: (i) a transferência de saldo total da reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$ 421.658 mil, para a Reserva de Dividendos Não Distribuídos e consequente adequação do balanço contábil da Companhia para refletir a transferência de saldos ora indicada; e (ii) a declaração de dividendos, no montante de R\$ 1.221.174 mil, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, utilizando-se o saldo da Reserva de Dividendos Não Distribuídos.

Em 30 de dezembro de 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 80.750 mil, líquido de impostos, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Em 2022, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.218.652 mil.

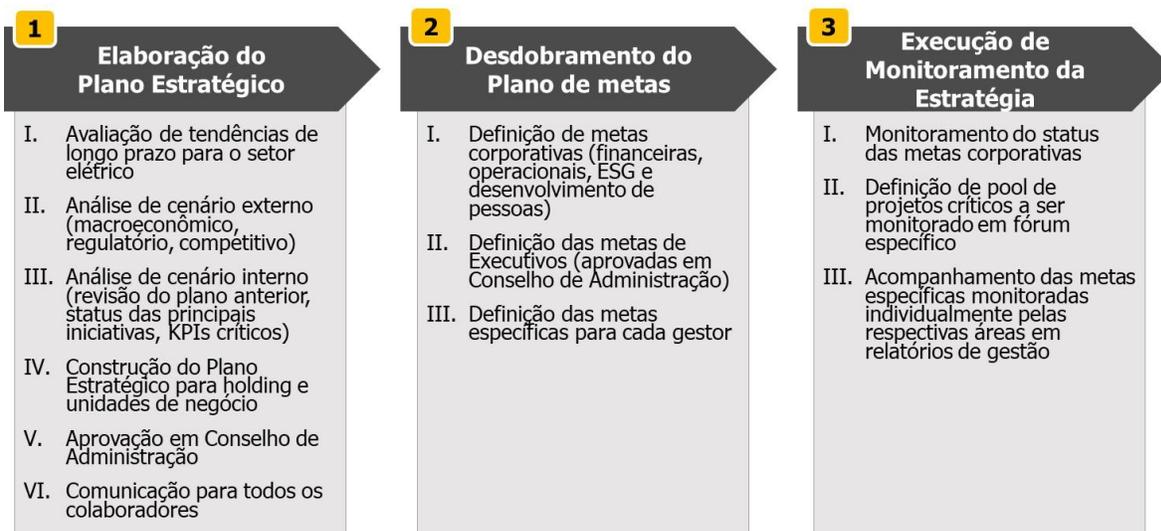
Planejamento Empresarial – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em desk research e suporte dos especialistas internos;
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);
- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de *data analytics*, revisão de canais de atendimento);
- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (Balanced ScoreCard), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Recursos humanos – Em 2022 a CPFL Transmissão investiu cerca de R\$ 497 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de soft skills, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online,

buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de *cases* reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2022, tivemos 3.432 participações em treinamentos, com 2.276 horas de treinamento por colaborador neste período, e o total de 441 colaboradores treinados.

Sustentabilidade – Como empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia, a CPFL Transmissão mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável, por meio de iniciativas que buscam fortalecer a governança e a gestão integrada, considerando aspectos econômico-financeiros e socioambientais, evitar ou mitigar impactos negativos de suas operações e gerar valor compartilhado com seus públicos de relacionamento. Mais informações sobre como atuamos, nossos resultados e desafios estão disponíveis no Relatório Anual da CPFL Energia em <http://www.relatorioanualcpfl.com.br/> e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Transmissão em números

CPFL Transmissão

Mercado	2022	2021	Var. %
Extensão de Linhas de Transmissão (Km)	5.937	5.937	-
Número de Subestações	69	69	-

Financeiros	2022	2021	Var. %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	1.173	1.214	-3,4%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	925	962	-3,9%
Margem operacional do serviço líquida (%)	41,9%	46,0%	-9,0%
EBITDA OU LAJIDA	515	524	-1,6%
Lucro líquido (R\$ mil)	380	89	328,8%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	453	1.393	-67,5%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	84,0%	6,4%	1219,6%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	234%	41%	470,9%
Dívida Líquida	1.282	600	113,9%

Indicadores de Performance	2022	2021	Var. %
Retorno de ativos por unidade	32,5%	18,0%	81,1%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Transmissão. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Transmissão.

A Administração

Notas Explicativas
às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

1.2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, as concessionárias estão autorizadas a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, a qual é reajustada anualmente nas datas em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP.

Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, assim como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais, sendo este o chamado Livre Acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2 Das Concessões

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em, 1º de outubro de 2001, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04 de dezembro de 2012, tendo sofrido alterações significativas. O contrato de concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;

- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em, 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579. Foi definido o montante de R\$ 661.086, a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 e relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

No que tange às instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autorizou o Poder Concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Vide nota explicativa nº 13.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (RAP), nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada 05 anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classes de usuários das redes de transmissão);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, até 18 de dezembro de 2032, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

1.2.3 - Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL

A CEEE-T sagrou-se vencedora do Lote 06 do Leilão de Transmissão Nº 001/2020 e assinou o Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL em 31 de março de 2021. Em síntese, o objeto deste Contrato é a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e o prazo de concessão é de 31 de março de 2051, e a RAP de R\$ 9.234.372,00 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão demonstradas e explicadas na nota 14, para melhor entendimento do leitor.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 24 de abril de 2023.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 4 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação aos valores recuperáveis e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de transmissão (“TUST”) não faturados;
- Nota 7 – Tributos Diferidos
- Nota 5 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 6 – Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos: principais premissas para determinação do valor justo; e
- Nota 8 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4 Segmento operacional

Durante o exercício corrente a Companhia atuou somente no segmento de transmissão de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2020. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros

está prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada, quando aplicável, agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização, observando o limite do WACC Regulatório;
- c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.3 Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, quando aplicável, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de concessionárias, geradores, consumidores livres ou permissionárias para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de transmissão de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As receitas provenientes das prestações de serviços são registradas no momento em que os mesmos foram efetivamente prestados, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber:

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					Provisão para Devedores Duvidosos	TOTAL 2022	TOTAL 2021
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	112.736	431	4.796	409	3.871	(9.076)	113.166	101.371
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	(2.171)
TOTAL	112.736	431	4.796	409	3.871	(9.076)	113.166	99.200

Os saldos de R\$ 113.166 (R\$ 99.200 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos valores a receber de concessionárias, permissionárias e consumidores livres referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os Acessantes ao sistema.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$9.076 (R\$3.952 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 90 dias.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado é como segue

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)=	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Transmissão									
Terrenos	31.232	-	-	-	31.232	-	-	31.232	31.232
Edificações, obras civis e benfeitorias	139.728	-	-	-	139.728	-	122.879	16.849	18.139
Máquinas e Equipamentos	4.770.247	-	5.281	66.838	4.831.803	61.557	3.344.805	1.486.998	1.529.211
Veículos	7.685	-	-	-	7.685	-	7.643	42	202
Móveis e Utensílios	2.113	-	1.069	-	1.044	1.069	982	62	169
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.379	-	1.289	-	90	1.289	20	70	955
Máquinas e Equipamentos	9.536	-	7.208	-	2.328	7.208	496	1.833	3.167
Veículos	5.010	-	-	-	5.010	-	5.010	-	-
Móveis e Utensílios	1.203	-	1.203	-	-	1.203	-	-	152
Não Vinculados									
Terrenos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações.....	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Máquinas.....	2.558	-	957	-	1.602	957	1.602	-	5
Veículos.....	112	-	-	-	112	-	112	-	-
Móveis e Utensílios.....	3.646	-	3.646	-	-	3.646	-	-	61
(-)Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos	-	711.939	-	-	711.939	-	516.732	195.207	207.803
Total do Ativo Imobilizado em Serviço	4.262.510	-	20.653	66.838	4.308.695	46.185	2.966.816	1.341.879	1.375.469
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	103.952	169.181	-	66.838	206.295	102.343	-	206.295	99.296
Outros	67.763	90.728	56.648	-	101.844	34.081	-	101.844	72.421
Administração									
Máquinas e Equipamentos	2.905	7.714	-	-	10.619	7.714	-	10.619	2.905
Outros	551	50	9	-	592	41	-	592	551
Total do Ativo Imobilizado em Curso	175.171	267.673	56.657	66.838	319.350	144.179	-	319.350	175.172
Total do Ativo Imobilizado	4.437.681	267.673	77.310	-	4.628.045	190.364	2.966.816	1.661.229	1.550.641

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	2022			2021	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão	2,92%				
Custo histórico		2.288.072	(1.201.149)	1.086.924	1.084.440
Correção monetária especial		398.007	(390.257)	7.750	11.037
Reavaliação		2.325.399	(1.884.891)	440.508	483.489
Administração	21,80%				
Custo histórico		7.195	(5.291)	1.904	4.275
Correção monetária especial		233	(233)	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5,59%				
Custo histórico		1.713	(1.713)	-	29
(-) Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos		(391.860)	196.653	(195.206)	(207.802)
Total do Ativo Imobilizado em Serviço		4.628.760	(3.286.881)	1.341.879	1.375.469
Em curso					
Transmissão		308.139	-	308.139	171.715
Administração		11.211	-	11.211	3.456
Total do Ativo Imobilizado em Curso		319.350	-	319.350	175.172
Total do Ativo Imobilizado		4.948.110	(3.286.881)	1.661.229	1.550.641

5.2. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Transmissão							
Servidões	82.434	-	82.434	-	-	82.434	82.434
Softwares	84	-	84	-	(47)	37	84
Administração							
Softwares	15.008	-	15.008	-	(7.765)	7.243	15.008
Não Vinculados							
Intangíveis.....	58	-	58	-	(58)	-	-
(-) Ajuste pelo valor da renovação	(14.898)	-	(14.898)	-	-	(14.898)	(14.898)
Total do Intangível em Serviço	82.685	-	82.685	-	(7.870)	74.815	82.627
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil							
Transmissão							
Servidões	22	-	22	-	-	22	22
Outros	1.923	40	1.963	40	-	1.963	1.923
Administração							
Softwares	1.989	-	1.989	-	-	1.989	1.989
Total do Intangível em Curso	3.934	40	3.974	40	-	3.974	3.934
Total do Intangível	86.619	40	86.659	40	(7.870)	78.789	86.561

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022			2021
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão	19,85%				
Custo histórico		44.662	(1.886)	42.776	42.824
Correção monetária especial		4.546	-	4.546	4.546
Reavaliação		35.148	-	35.148	35.148
Administração	20,00%				
Custo histórico		15.008	(7.765)	7.243	15.008
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20,00%				
Custo histórico		58	(58)	-	-
(-) Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos		(14.898)	-	(14.898)	(14.898)
Total do Intangível em Serviço		84.524	(9.708)	74.815	82.627
Em curso					
Geração		17	-	17	0
Transmissão		1.968	-	1.968	1.927
ADM		1.989	-	1.989	2.006
Total do Intangível em Curso		3.974	-	3.974	3.933
Total do Intangível		88.498	(9.708)	78.789	86.561

5.3. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está assim disposta:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Material em Depósito - Rede Básica	36.346	-	-	-	36.346
Terrenos	-	833	-	-	833
Edificações, Obras Civas E Benfeitorias	1.986	1.078	29	-	3.092
Máquinas E Equipamentos	112.658	51.617	12.620	-	176.895
A Ratear	20	17.692	1.827	-	19.540
Desenvolvimento De Projetos	1.811	2.860	892	-	5.563
Material em Depósito - DIT	664	-	-	-	664
Adiantamento A Fornecedores	254	8.331	4	-	8.588
Outros	(453)	1.258	-	15.347	16.152
Total das Adições	153.287	83.668	15.371	15.347	267.673

5.4. Taxas Anuais de Depreciação:

	Taxas anuais de depreciação
	%
Transmissão	
Estrutura (Poste,Torre)	2,99
Condutor	2,84
Transformador de Força	2,86
Estrutura Suporte de Equipamento e de Bar	3,13
Disjuntor	3,03
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Sistema de Aterramento	3,03
Chave	4,87
Transformador de Medida	3,63
Transformador de Força	2,86
Administração central	
Software	20
Equipamento Geral De Informática	16,67
Veículos	14,29
Equipamento Geral	6,25

A Companhia reconhece a depreciação e amortização de seus ativos imobilizados e intangíveis considerando a vida útil regulatória dos bens, está estabelecida pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.5. As doze principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	SISTEMA DE PROTEÇÃO, MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO	14.335
2.	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA	6.137
3.	TRANSFORMADOR DE FORÇA	5.879
4.	TRANSFORMADOR DE MEDIDA	3.010
5.	ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO E DE BARRAMENTO	2.471
6.	DISJUNTOR	2.095
7.	BARRAMENTO	1.558
8.	BANCO DE CAPACITORES PARALELO	1.488
9.	PAINEL, MESA DE COMANDO E CUBÍCULO	1.421
10.	CHAVE	1.304
11.	PÁRA-RAIOS	1.150
12.	SISTEMA DE ATERRAMENTO	754

5.6. As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS	(604)
2.	EQUIPAMENTO GERAL	(422)
3.	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	(317)
4.	EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	(295)
5.	EDIFICAÇÃO	(245)
6.	PAINEL, MESA DE COMANDO E CUBÍCULO	(42)
7.	SISTEMA DE PROTEÇÃO, MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO	(35)
8.	TRANSFORMADOR DE MEDIDA	(22)
9.	SISTEMA DE EXAUSTÃO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO	(16)
10.	PÁRA-RAIOS	(1)

Grande parte das baixas realizadas no período guardam relação com os ativos existentes na sede anterior da concessionária, esta que estava localizada na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201 na cidade Porto Alegre - RS.

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

ABERTURA DO ENDIVIDAMENTO - R\$ MIL												
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal e Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Vencimento Final	Sistemática Amortização	
Financ.Emprést. Moeda Nacional	79.368	4.088	977.511	1.060.967								
BNDES SUB A	90	3.846	19.552	23.489	Sim	01/09/2013	Outras	TJLP	3,05%	15/01/2029	SAC	
BNDES SUB B	-	242	-	242	Sim	01/09/2013	Outras	Pré	2,50%	15/01/2023	SAC	
Debêntures 8ª Emissão - EEEL18 - 1ª Série	21.316	-	260.000	281.316	Sim	08/06/2022	Outras	CDI	1,30%	25/02/2027	SAC	
Debêntures 8ª Emissão - EEEL28 - 2ª Série	57.936	-	700.000	757.936	Sim	08/06/2022	Outras	CDI	1,47%	25/02/2029	SAC	
Gastos com emissão de Debêntures	26	-	(2.042)	(2.015)	Sim	30/06/2022	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	31/05/2029	SAC	
Dividas com Fundo de Pensão	-	68.998	414.675	483.673								
Benefício Pós Emprego	-	61.449	358.691	420.140	-	-	-	-	-	-	-	
Fundação ELETROCEEE	-	7.548	55.984	63.533	Sim	01/05/2013	Outras	INPC	6,63%	31/05/2031	SAC	

6.1 BNDES

O valor de R\$ 23.731 (R\$ 30.315 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A Companhia cede fiduciariamente em favor do BNDES títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do contrato de financiamento.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprimento de covenants:

Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00

Patrimônio Líquido dividido pelo total de ativos maior ou igual a 30%

6.2 DEBÊNTURES

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresenta-se abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

6.3. Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal	Saldo
	Curto Prazo	Total
Ativos Financeiros	262.601	262.601
Caixa e Aplicações Financeiras	262.601	262.601
Títulos do Governo	46.744	46.744
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	215.857	215.857

6.4. Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA				
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2022	Total 2021
Dívida Bruta	79.368	73.086	1.392.186	1.544.640	1.528.613
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	649.364
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	79.368	4.088	977.511	1.060.967	30.315
Fundo de Pensão	-	68.998	414.675	483.673	808.362
Intrassetoriais	-	-	-	-	40.572
(-) Ativos Financeiros	-	(262.601)	-	(262.601)	(929.110)
Alta Liquidez	-	-	-	-	(840)
Demais Aplicações Financeiras	-	(215.857)	-	(215.857)	(741.090)
Títulos do Governo	-	(46.744)	-	(46.744)	-
Empréstimos	-	-	-	-	(187.180)
Dívida Líquida	79.368	(189.515)	1.392.186	1.282.039	599.503

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IRPJ/CSLL sobre Demais Provisionamentos	171.822	151.573
IRPJ/CSLL sobre IFRS 16/CPC 06	<u>1.028</u>	<u>-</u>
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	172.849	151.573
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
IRPJ/CSLL - CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(24.940)	(22.264)
IRPJ/CSLL sobre IFRS 16/CPC 06	<u>(1.028)</u>	<u>-</u>
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(25.967)	(22.264)
ATIVO NÃO CIRCULANTE LÍQUIDO	146.882	173.837

8. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

8.1. Movimentação da provisão para contingências

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2022	Total 2021
Dívida Bruta	79.368	73.086	1.392.186	1.544.640	1.528.613
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	649.364
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	79.368	4.088	977.511	1.060.967	30.315
Fundo de Pensão	-	68.998	414.675	483.673	808.362
Intrasetoriais	-	-	-	-	40.572
(-) Ativos Financeiros	-	(262.601)	-	(262.601)	(929.110)
Alta Liquidez	-	-	-	-	(840)
Demais Aplicações Financeiras	-	(215.857)	-	(215.857)	(741.090)
Títulos do Governo	-	(46.744)	-	(46.744)	
Empréstimos	-	-	-	-	(187.180)
Dívida Líquida	79.368	(189.515)	1.392.186	1.282.039	599.503

8.1.1 Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Por meio de uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, busca-se suportar o adequado julgamento quanto à necessidade de constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CPFL Transmissão referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis.

8.1.2 Cíveis

A Companhia é citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

8.1.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 16.287 (R\$ 14.147 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, principalmente, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

9. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço				
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	2,92%	(73.709)	990	(72.719)
Pesquisa e Desenvolvimento		(195)	-	(195)
Em curso				
Participação Financeira do Consumidor		(3)	-	(3)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(2.979)	-	(2.979)
Total		(76.885)	990	(75.895)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	31/12/2021	Adição	Transferências	31/12/2022
Em serviço	(23.431)	3.828	53.310	33.708
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(23.237)	3.828	53.310	33.902
Pesquisa e Desenvolvimento	(195)	-	-	(195)
Em curso	(56.290)	(3)	(53.310)	(109.603)
Participação Financeira do Consumidor	-	(3)	-	(3)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(56.290)	-	(53.310)	(109.600)
Total	(79.721)	3.826	-	(75.895)

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 981.343 (R\$ 981.343 em 31 de dezembro 2021), representado por 9.592.444 (9.658.447 em 31 de dezembro 2021) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.480.088 (9.506.875 em dezembro de 2021) ações ordinárias e 112.356 (151.572 em dezembro 2021) ações preferenciais, sem direito a voto, com a seguinte composição:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	6.381.908	66,08
ELETOBRAS	-	-	-	-	-	-	3.154.674	32,66
Demais Acionistas	-	-	-	-	-	-	121.865	1,26
Total	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.658.447	100

Em 14 de outubro de 2021, a CPFL Cone Sul assumiu o controle da Companhia. Em abril de 2022, como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão, passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%). Em dezembro de 2022, como resultado do resgate compulsório de ação em circulação, passou a deter 100% do capital social total da Companhia.

10.2. Oferta Pública de Ações

Em abril de 2022 ocorreu o leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão. Como resultado deste leilão, a CPFL Cone Sul pagou a contraprestação R\$ 1.119.412 para aquisição de 33,18% de participação, passando a CPFL Cone Sul a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%) da CPFL Transmissão. Em contrapartida a R\$ 1.369.759 registrados no grupo de investimentos foi reconhecido R\$ 250.347 como reserva de capital no patrimônio líquido.

Em 18 de novembro de 2022, ocorreu novo Leilão de oferta pública unificada de aquisição voluntária de ações ordinárias e preferenciais. Com resultado do leilão a controlada CPFL Cone Sul pagou a contraprestação de R\$ 1.360 para aquisição de 0,06% de participação e passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total (anteriormente 99,26%).

No dia 07 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o resgate da totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão que remanesceram em circulação após os leilões de oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada para conversão de registro como emissor de valores mobiliários, da Categoria "A" para Categoria "B". Como resultado, foram resgatadas compulsoriamente 26.787 ações ordinárias e 39.216 ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão, representativas de 0,68% do capital social.

10.3. Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,64 vezes o EBITDA em 2022 (-0,31 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

10.4. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.049)	(1.504)
Reserva de Reavaliação	482.199	525.095
Ganhos E Perdas Atuariais	<u>(295.005)</u>	<u>(600.217)</u>
	<u>182.145</u>	<u>(76.627)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Estas perdas representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

10.5. Reserva de Capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 é de (R\$ 17.268), que compreende: i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666) e ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 1.602).

10.6. Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de (R\$ 757.629), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 112.499; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de (R\$ 930.014) e iii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 59.887.

11. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal	258.141	315.379
Remuneração	80.260	141.374
Encargos	63.876	45.003
Previdência Privada - Corrente	6.845	7.378
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	58.391	107.298
Programa de demissão voluntária	20.764	-
Despesas rescisórias	11.195	79
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	669	29
Outros benefícios - Corrente	16.214	14.217
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(73)	-
Administradores	4.479	1.016
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.358	1.011
Benefícios dos administradores	1.121	4
Total	262.620	316.395

12. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

12.1. Reajuste Tarifário - Transmissão

A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023.

12.2 Revisão Tarifária Anual

A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, apresentou um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto da redução do índice de reposicionamento da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

12.3 Parcela Variável Descontada

Em 12 de Janeiro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concluiu a apuração do indicador da Parcela Variável Descontada referente ao ano de 2022.

A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos. Como resultado dessa apuração, a Companhia novamente obteve um excelente resultado operacional, alcançando a segunda melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 0,915% da Receita Anual Permitida (RAP).

13. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que, para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Ativo

Nota	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	215.857	-	215.857	741.923	-	741.923
Concessionárias e Permissonárias	113.166	-	113.166	99.200	-	99.200
Tributos Compensáveis	47.483	-	47.483	20.472	-	20.472
Almoxarifado Operacional	39.640	(820)	38.820	33.452	(820)	32.632
Investimentos Temporários	46.744	-	46.744	108.121	-	108.121
Empréstimos	-	-	-	187.180	-	187.180
Despesas Pagas Antecipadamente	2.357	(2.357)	-	1.862	(1.862)	-
Ativo Contratual	-	555.713	555.713	-	696.944	696.944
Outros Ativos Circulantes	55.584	360	55.944	71.756	(5.284)	66.472
	520.831	552.896	1.073.727	1.263.966	688.978	1.952.944
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Tributos Compensáveis	16.242	-	16.242	1	-	1
Depósitos Judiciais e Cauções	116.984	-	116.984	72.333	-	72.333
Investimentos em títulos do governo	-	9.256	9.256	-	-	-
Tributos Diferidos	146.882	(146.882)	-	129.309	(129.309)	-
Adiantamento aos Acionistas	-	-	-	130.499	(130.499)	-
Ativo Contratual	-	3.039.014	3.039.014	-	2.060.736	2.060.736
Outros Ativos Não Circulantes	325.893	(322.934)	2.959	201.090	(196.949)	4.141
Investimentos	-	259.204	259.204	-	128.021	128.021
Imobilizado	1.661.229	(1.576.055)	85.174	1.550.641	(1.463.926)	86.715
Direito de Uso	-	6.532	6.532	-	4.853	4.853
Intangível	78.788	(67.556)	11.232	86.561	(67.557)	19.004
	2.346.018	1.200.579	3.546.597	2.170.434	205.369	2.375.804
TOTAL DO ATIVO	2.866.848	1.753.476	4.620.324	3.434.400	894.348	4.328.748

b) Passivo

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	69.495	-	69.495	29.992	-	29.992
Empréstimos, Financiamentos e Debenturês	83.116	(78.937)	4.179	656.088	-	656.088
Debêntures	-	78.937	78.937	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.966	-	19.966	50.799	-	50.799
Provisão para Benefícios a Empregados	70.355	-	70.355	102.178	-	102.178
Tributos	58.640	-	58.640	54.092	-	54.092
Provisão para Litígios	9.321	-	9.321	27.797	-	27.797
Passivos Financeiros Setoriais	37.124	-	37.124	36.735	-	36.735
Arrendamento a Pagar	-	-	-	-	-	-
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio	227.069	-	227.069	8.858	-	8.858
Outros Passivos Circulantes	14.9	41.918	1.554	43.472	37.212	3.673
	617.004	1.554	618.558	1.003.751	3.673	1.007.424
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos, Financiamentos e Debenturês	977.851	(958.299)	19.552	23.591	-	23.591
Debêntures	-	958.298	958.298	-	-	-
Provisão para Benefícios a Empregados	408.023	-	408.023	706.184	-	706.184
Arrendamento a Pagar	-	-	-	-	-	-
Provisão para Litígios	251.716	-	251.716	171.893	-	171.893
Encargos Setoriais	14.11	3.961	53.230	57.191	56.127	59.964
Tributos Diferidos	14.13	-	481.260	481.260	284.063	284.063
Obrigações Especiais	14.12	75.895	(75.895)	-	79.721	(79.721)
Outros Passivos Não Circulantes	14.10	55.700	5.201	60.901	51.958	1.417
	1.773.146	463.795	2.236.941	1.037.184	261.886	1.299.070
TOTAL DO PASSIVO	2.390.150	465.349	2.855.499	2.040.935	265.559	2.306.494
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	981.343	-	981.343	981.343	-	981.343
Reserva de Capital	(17.268)	1.120	(16.148)	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	421.658	-	421.658
Reserva Legal	-	112.499	112.499	67.091	-	67.091
Reserva Especial - Dividendos não Distribuídos	14.14	(930.014)	1.284.381	354.367	1.153.883	1.153.883
Reservas de Lucro	172.386	(172.386)	-	-	-	-
Reservas de Lucro a realizar	-	59.887	59.887	-	-	-
Proposta Distribuição De Dividendos Adicionais	572.931	-	572.931	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	14.15	182.145	(482.200)	(300.055)	(76.627)	(525.094)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(484.825)	484.825	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	476.698	1.288.127	1.764.825	1.393.465	628.789	2.022.254
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.866.848	1.753.476	4.620.324	3.434.400	894.348	4.328.748

c) Demonstração do Resultado do Exercício

Nota	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade	1.172.505	863.395	2.035.900	1.214.143	251.046	1.465.189
Disponibilização do sistema de transmissão	1.172.505	(1.172.505)	-	1.214.143	(1.214.143)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	537.910	537.910	-	539.024	539.024
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	-	874.031	874.031	-	805.051	805.051
Receita com construção da infraestrutura	-	268.757	268.757	-	103.443	103.443
Outras receitas	-	355.202	355.202	-	17.671	17.671
Tributos	(107.554)	-	(107.554)	(111.245)	(259)	(111.504)
PASEP e COFINS	-	(107.554)	(107.554)	-	-	(111.504)
PIS/PASEP	(19.185)	19.185	-	(19.844)	-	-
Cofins	(88.369)	88.369	-	(91.402)	-	-
Encargos	(139.804)	(4.265)	(144.068)	(140.547)	(1.461)	(142.008)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(9.251)	9.251	-	(9.669)	9.669	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(97.708)	-	(97.708)	(101.907)	-	(101.907)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(3.504)	3.504	-	(3.702)	3.702	-
Reserva Global de Reversão - RGR	(812)	812	-	(1.841)	1.841	-
Encargos setoriais	-	(42.095)	(42.095)	-	(38.640)	(38.640)
Outras deduções	-	(4.265)	(4.265)	-	(1.461)	(1.461)
Outros Encargos	(28.528)	28.528	-	(23.429)	23.429	-
Receita Líquida/Ingresso Líquido	925.147	859.130	1.784.277	962.351	249.325	1.211.677
Resultado antes dos custos gerenciáveis	925.147	859.130	1.784.277	962.351	249.325	1.211.677
Custos gerenciáveis	14.17					
Pessoal e Administradores	(197.384)	324	(197.060)	(211.252)	458	(210.794)
Entidade de previdência privada	(65.236)	-	(65.236)	(105.143)	-	(105.143)
Material	(4.733)	-	(4.733)	(3.926)	-	(3.926)
Serviços de terceiros	(62.592)	-	(62.592)	(59.948)	(153)	(60.101)
Custo de Construção	-	(198.376)	(198.376)	-	(103.443)	(103.443)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(6.810)	(6.810)	-	(3.102)	(3.102)
Despesas de Locação	(9.793)	4.092	(5.701)	(9.221)	5.678	(3.543)
Seguros	(423)	-	(423)	(94)	94	-
Provisões	(50.368)	(33.749)	(84.117)	(86.665)	(84.466)	(171.131)
Provisão para realização de AFAC	-	94.303	94.303	-	(120.600)	(120.600)
Contribuições e Subvenções	(12)	-	(12)	-	-	-
(-) Recuperação de despesas	481	(481)	-	4.440	(8.881)	(4.440)
Tributos	(10.212)	-	(10.212)	(2.096)	(1.111)	(3.207)
Depreciação e Amortização	(101.103)	94.067	(7.036)	(110.642)	98.973	(11.669)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	-	(3.943)	(3.943)	-	(6.186)	(6.186)
Gastos diversos	(42.433)	40.718	(1.715)	(88.219)	95.679	7.460
Outras Receitas Operacionais	42.118	(29.089)	13.029	187.337	748	171.875
Outros Gastos Operacionais	(35.879)	3.588	(32.291)	(33.939)	908	(33.031)
Resultado da Atividade	387.577	823.775	1.211.352	442.983	123.922	550.697
Equivalência Patrimonial	26.749	(80.968)	(54.219)	(30.054)	(53.507)	(140.660)
Resultado Financeiro	727	(314)	413	(47.562)	818	(46.743)
Despesas financeiras	(172.429)	(314)	(172.743)	(206.244)	(166)	(206.410)
Receitas financeiras	173.156	-	173.156	158.682	(985)	159.667
Lucro antes impostos sobre lucro	415.053	742.493	1.157.546	365.368	(2.074)	363.294
Impostos Diferidos sobre lucro	(34.609)	(214.772)	(249.380)	(276.638)	(38.078)	(314.716)
Resultado líquido das operações em continuidade (Transmissão)	380.445	527.721	908.166	88.728	(40.150)	48.578
Operações Descontinuadas						
Resultante de Operações Descontinuadas (Geração)	-	-	-	39.991	(2.982)	37.009
Resultado líquido do exercício	380.446	527.720	908.166	128.719	(43.132)	85.587
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	380.445	527.721	908.166	31.629	16.948	48.577
Lucro por ação						
Básico -Atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	39,98		94,03	3,27		5,03
Diluído - Atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	39,98		94,03	9,18		5,03
Lucro por ação originado das operações em continuidade	380.445	527.721	908.166	88.728	(40.150)	48.578
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	39,98		94,03	9,18		5,03
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	39,98		94,03	9,18		5,03

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes relevantes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

14.1 Almoxarifado operacional

O montante de R\$ 820 se refere às ordens de reforma de materiais, cujos valores das desativações dos bens apresentam divergências entre a prática contábil regulatória e a societária. Na visão regulatória, os ativos baixados

para a triagem, e posterior reforma, são compostos por valor de aquisição mais reservas de reavaliação subtraídas as depreciações acumuladas. Já, na visão societária, os valores dos ativos possuem como base o saldo do Ativo Contratual, o qual não contempla reavaliações, mas sim a atualização e amortização pelas premissas que constam no fluxo de caixa em observância às determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e da interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão.

As premissas de mensuração e registro dos referidos atos normativos e de orientação não foram absorvidos pelo Órgão Regulador – ANEEL.

14.2. Ativos da Concessão Contratual

Para fins de contabilidade regulatória os bens a serviço da concessão são tratados como imobilizado e intangível, com o reconhecimento de depreciação e amortização, entretanto, para fins de práticas de contabilizações societárias, eles são apresentados como ativo contratual e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. O montante de R\$ 3.594.727, sendo R\$ 555.713 no Ativo Circulante e R\$ 3.090.014 (R\$ 696.944 em 31 de dezembro de 2021) no ativo não circulante, (R\$ 2.060.736 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao valor presente do fluxo de caixa descontado sobre as parcelas da RAP esperadas até o final da concessão.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção e ativo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o novas – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração aplica o modelo “Ativo Contratual”, em observância ao CPC 47, considerando que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões da transmissora de energia, condicionado ao cumprimento das obrigações de desempenho (i) direito de receber caixa ao longo da concessão através de receita anual permitida (“RAP”), (ii) remuneração do ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado e a receita anual permitida (“RAP”), (iii) receita e custos de construção referente aos serviços de construção das instalações da linha transmissão de energia elétrica, (iv) receita de O&M manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

O Ativo intangível não é reconhecido, pois a concessionária não tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado e intangível foi substituído pelo ativo contratual.

14.3. Outros Ativos Circulantes

O montante de (R\$ 1.997) em 31 de dezembro de 2022 se refere aos valores dos ativos são diferentes entre a contabilizada societária e a regulatória, uma vez que, na visão regulatória, os ativos baixados são compostos por valor de aquisição mais reservas de reavaliação e correção monetária subtraídas as depreciações acumuladas. Já, na visão societária, os valores dos ativos possuem como base o saldo do Ativo Contratual, o qual não contempla reavaliações, mas sim a atualização e amortização pelas premissas que constam no fluxo de caixa em observância às determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e da interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão.

As premissas de mensuração e registro dos referidos atos normativos e orientativos não foram absorvidos pelo Órgão Regulador – ANEEL.

14.4. Tributos Diferidos

A diferença de R\$ 146.882 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 129.309 em 31 de dezembro de 2021) se refere às constituições de Ativos e Passivos de Tributos Diferidos, sendo que, na contabilidade societária, existem maior níveis de passivos fiscais diferidos em virtude dos valores de amortização e remuneração dos ativos de contrato e, por este motivo, os valores são apresentados no passivo do balanço societário. Esta diferença tem origem nas variações de resultado entre as contabilidades regulatória e societária, estas provocadas pela adoção da Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, e sobre a NBC TG 06 – Contratos de Arrendamentos, normas estas não contempladas na contabilidade regulatória.

14.5 Outros Ativos Não Circulantes

A diferença de R\$ 63.730 em 31 de dezembro de 2022, se refere a diferença de: (i) registro da Equivalência Patrimonial de R\$ 28.177; (ii) Provisão de AFAC de R\$ 26.297 registrado apenas no societário; e (iii) Títulos de Valores Mobiliários no valor de R\$ 9.256, que na visão societária está aberto na linha de Investimento em Títulos do Governo, e na visão regulatória este valor está compondo o grupo de Outros Ativos Não Circulantes, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

14.6. Imobilizado

O montante de (R\$ 1.576.055) em 31 de dezembro de 2022, (R\$ 1.463.928) em 31 de dezembro de 2021, é resultado de aplicação da Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Clientes. Neste arcabouço normativo societário, não absorvido pelo Órgão Regulador nas práticas contábeis regulatórias, ocorre a diferenciação da mensuração dos ativos imobilizados vinculados à concessão que, na contabilidade societária, são registrados como Ativo Contratual. Neste contexto, também ocorrem divergências nas contas de resultado, pois enquanto na visão regulatória estes bens sofrem depreciação, na visão societária eles são modificados pela remuneração e amortização, as quais tomam como base as taxas de retorno previstas no fluxo de caixa e a parcela da RAP identificada para a respectiva amortização.

Além da diferença de prática descrita anteriormente, a partir da homologação do laudo de avaliação pela ANEEL, pertinentes aos ativos que sofreram revisão tarifária em 2022, a Companhia reconheceu contabilmente seus efeitos no ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação, adicionando o Valor Novo de Reposição – VNR no exercício base de 2022.

A Base de Remuneração Regulatória foi homologada provisoriamente pela REH nº 2.709/2020. Com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela Resolução Homologatória nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão periódica de 2018 da Receita Anual Permitida – RAP, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001. Os valores da RAP homologada fazem parte da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Estes atos normativos serviram de base para o registro da reserva de reavaliação na contabilidade regulatória, conforme

orientação emitida pela ANEEL no Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016, não sendo refletida na contabilidade societária.

As despesas de depreciação sofrem os ajustes decorrentes dos efeitos da aplicação da norma NBC TG 47 - Receita Contratos com Clientes, no que concerne às transferências do Ativo Imobilizado no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual da Concessão no contexto contábil societário.

14.7 Direito de Uso

O montante de R\$ 6.532 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 4.853 em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma não foi contemplada pela contabilidade regulatória.

Na contabilidade regulatória, os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um ativo de direito de uso, tendo como contrapartida o passivo de arrendamentos a pagar. O ativo é reduzido pela depreciação periódica, enquanto o passivo é alterado pelos pagamentos e pelas atualizações monetárias.

14.8. Intangível

Os ajustes de R\$ 67.556, em 31 de dezembro de 2022, e R\$ 67.557, em 31 de dezembro de 2021, são decorrentes dos efeitos da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no que concerne às transferências do Ativo Intangível no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual de Concessão no contexto contábil societário, em observação também à Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Da mesma forma que o imobilizado, a partir da homologação do laudo de avaliação pela ANEEL, pertinentes aos ativos que sofreram revisão tarifária em 2022, a Companhia reconheceu contabilmente seus efeitos no ativo intangível em contrapartida da reserva de reavaliação, adicionando o Valor Novo de Reposição – VNR no exercício base de 2022.

A Base de Remuneração Regulatória foi homologada provisoriamente pela REH nº 2.709/2020. Com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela Resolução Homologatória nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL Homologou o resultado definitivo da revisão periódica de 2018 da Receita Anual Permitida – RAP, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001. Os valores da RAP homologada fazem parte da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Estes atos normativos serviram de base para o registro da reserva de reavaliação na contabilidade regulatória, conforme orientação emitida pela ANEEL no Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016, não sendo refletida na contabilidade societária.

As despesas de amortização sofrem os ajustes decorrentes dos efeitos da aplicação da norma NBC TG 47 - Receita Contratos com Clientes, no que concerne às transferências do Ativo Intangível no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual da Concessão no contexto contábil societário.

14.9. Outros Passivos Circulantes

O montante de R\$ 1.554 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 3.673 em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma que não foi contemplada pela contabilidade regulatória, na qual os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso. O ativo é reduzido pela depreciação periódica, enquanto o passivo é alterado pelos pagamentos e pelas atualizações monetárias.

14.10. Outros Passivos Não Circulantes

O montante de R\$ 5.201 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.417 em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma que não foi contemplada pela contabilidade regulatória, na qual os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso. O ativo é reduzido pela depreciação periódica, enquanto o passivo é alterado pelos pagamentos e pelas atualizações monetárias.

14.11. Encargos Setoriais

O valor de R\$ 53.230 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 56.127 em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento das obrigações especiais na contabilidade societária na rubrica de “Obrigações da Concessão”, enquanto, na contabilidade regulatória, estes saldos são apresentados em linha específica de “Obrigações Especiais”.

14.12. Obrigações Especiais

O montante de R\$ 75.895 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 79.721 em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento das obrigações especiais que, na contabilidade societária, estes saldos são apresentados na rubrica de “Obrigações da Concessão”, enquanto, na contabilidade regulatória, estes saldos são apresentados em linha específica de “Obrigações Especiais”.

14.13. Tributos diferidos

O montante de R\$ 481.260, em 31 de dezembro de 2022, decorre do reconhecimento de diferenças temporárias, como por exemplo: o reconhecimento de tributos diferidos sobre os ganhos e perdas advindas dos Ativos Contratuais abarcados pela Norma Contábil NBC TG 47, sendo refletido apenas na contabilidade societária. Também ocorrem diferenças temporárias apenas na contabilidade societária relacionadas aos valores de depreciação e encargos sobre os ativos de direito de uso e sobre os passivos de arrendamento.

14.14. Reserva Especial - Dividendos não Distribuídos

Em decorrência das diferenças de práticas entre a contabilidade regulatória, em comparação à societária, os resultados entre estas duas demonstrações contábeis ficam diferentes, sendo que isso acaba provocando impactos para a conta de Lucros Acumulados, refletindo posteriormente nas constituições das reservas.

Alguns dos ajustes de práticas contábeis são colocados a seguir:

Depreciação/Amortização (resultado)

Os ajustes são decorrentes dos efeitos da aplicação NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, no que concerne às transferências do Ativo Imobilizado e Intangível no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual da Concessão no contexto contábil societário.

Remuneração do Ativo Contratual (resultado)

Este ajuste refere-se à remuneração do Ativo Contratual, abarcado pela Norma Contábil NBC TG 47, por meio da Taxa Interna de Retorno - TIR de cada contrato de concessão, determinada através de um fluxo de caixa descontado, sendo reconhecida no resultado do exercício apenas na contabilidade societária.

Amortização do Ativo Contratual (resultado)

Este ajuste refere-se aos valores de amortização do Ativo Contratual, abarcado pela Norma Contábil NBC TG 47, sendo também definido por meio da identificação da parcela mensal da RAP que amortiza os ativos da concessão em um

fluxo de caixa previsto até o final da concessão, sendo reconhecido no resultado do exercício apenas na contabilidade societária.

Receita e Custo de Construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes dos valores de receita e custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. Estes valores não geram diferenças no resultado do período, pois, como a empresa adota margem zero, os valores registrados como receita e custo são iguais.

Esta classificação só é exigida na contabilidade societária por meio da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Despesa de Aluguéis/Depreciação do Ativo de Direito de Uso/Encargos sobre Passivo de Arrendamentos

Esta diferença entre o resultado societário versus regulatório decorre do reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, sendo contemplada na contabilidade societária, mas foi absorvida pela contabilidade regulatória.

Na contabilidade regulatória, os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso. O ativo sobre depreciação, enquanto o passivo sofre pagamentos e atualizações monetárias registradas no resultado financeiro.

14.15. Outros Resultados Abrangentes

O montante de R\$482.200 em 31 de dezembro de 2022, (R\$ 525.094) em 31 de dezembro de 2021, se refere à Reserva de Reavaliação que fica inserida no grupo dos Outros Resultados Abrangentes e apresenta contabilização somente nas Demonstrações Regulatórias.

A Base de Remuneração Regulatória foi homologada provisoriamente pela REH nº 2.709/2020. Com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela Resolução Homologatória nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL Homologou o resultado definitivo da revisão periódica de 2018 da Receita Anual Permitida – RAP, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001. Os valores da RAP homologada fazem parte da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Estes atos normativos serviram de base para o registro da reserva de reavaliação na contabilidade regulatória, tendo como contrapartida os grupos de Imobilizado e Intangível, conforme orientação emitida pela ANEEL no Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016, não sendo refletida na contabilidade societária.

14.16. Receita Líquida/Ingresso líquido

O montante de R\$ 859.130 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 249.325 em 31 de dezembro de 2021, refere-se aos registros de amortização e remuneração dos ativos contratuais, remensuração do ativo contratual (RTP) e receita de construção, estes refletidos apenas na contabilidade societária, seguindo os preceitos da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

O montante de R\$ 30.892, se refere as receitas/deduções sobre prestação de serviços de engenharia e compartilhamento que para a contabilidade societária, este valor está classificado como Outras receitas e outras deduções. Já, para a contabilidade regulatória, este valor está compondo o grupo de outras receitas operacionais, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

14.17. Custos Gerenciáveis

Os principais pontos de divergência entre a contabilidade regulatória, em comparação à societária, estão destacados a seguir:

Pessoal

O montante de R\$ 324 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 458 em 31 de dezembro de 2021, refere-se aos valores cobrados a título de cedência de pessoal para outros órgãos públicos enquanto a CEEE-T estava classificada com uma empresa de economia mista, que tinha como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul. A diferença entre a demonstração contábil regulatória, em comparação à societária, se deve ao fato de que na visão regulatória este ressarcimento está classificado no grupo de despesas com pessoal, enquanto que, na visão societária, estes valores estão classificados como recuperação de despesa.

Custo de construção

O montante de R\$ 198.376 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 103.443 em 31 de dezembro de 2021, refere-se aos registros de custo de construção ligados às adições no ativo contratual em curso para o exercício, sendo refletidos apenas na contabilidade societária, seguindo os preceitos da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente. Também neste conceito estão os registros de receita de construção, classificada no grupo de Receita Operacional Líquida.

Despesa de locação

O montante de R\$ 4.092 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 5.678 em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma que não foi abarcada pela contabilidade regulatória, na qual os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel, enquanto que, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um ativo de direito de uso, sendo reduzido pela depreciação mensal.

Provisões

A diferença de R\$ 53.744 em 31 de dezembro de 2022, entre a contabilidade regulatória e societária se refere, principalmente, a realização do estorno da perda sobre AFAC na ordem de (R\$ 94.303), na visão societária.

O registro em 2021 na ordem de R\$ 120.600 se deu em virtude da identificação de valor não recuperável sobre os bens que compõem o valor do Ativo Contratual da TESB. Neste contexto, existem investimentos futuros vinculados a obrigações que, segundo análise detalhada do fluxo de caixa descontado, os mesmos não seriam recuperáveis ao longo da concessão, devido ao atraso de obras que trazem como consequência a redução da RAP prevista. O Ativo Contratual está mensurado a valor justo segundo as diretrizes da Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente. Esta Norma societária não foi absorvida pelo Órgão Regulador na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Também se destaca nesta linha de provisão a diferença sobre as provisões trabalhistas, cíveis e fiscais de R\$ 32.123, que, para a contabilidade societária, este valor está classificado como Outras Despesas Operacionais. Já, para a contabilidade regulatória, este valor está compondo o grupo de provisões, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

Depreciação e Amortização

A diferença de R\$ 94.067, em 31 de dezembro de 2022, e R\$ 98.973 em 31 de dezembro de 2021, se refere à diferença de prática contábil a respeito do registro dos ativos imobilizados e intangíveis vinculados à concessão, os quais, na contabilidade regulatória, são registrados como imobilizado e intangível, sendo impactados pela depreciação e amortização que tem como contrapartida a linha de custo operacional, seguindo as premissas do CPC 27 – Ativo Imobilizado. Já, na contabilidade societária, estes ativos são registrados segundo o CPC 47 (NBC TG 47 – Receita de

Contrato com Cliente, sendo classificados como Ativo de Concessão Contratual, passando a serem impactados por remuneração e amortização, estas que são lançadas no grupo de Receita Operacional Líquida. Vale lembrar que a Norma NBC TG 47 não foi absorvida pelo órgão regulador ANEEL como prática para a contabilidade regulatória.

Gastos diversos da atividade vinculada

O montante de R\$ 40.718 em 31 de dezembro de 2022 se refere, principalmente ao registro de provisão na ordem de R\$ 54.707, que, para a contabilidade societária, este valor está classificado como Outras Despesas Operacionais, por se tratar de provisões de dispêndios ambientais futuros, sendo que ainda não se tratam de contingência judicial. Já, para a contabilidade regulatória, este valor está compondo o grupo de provisões. Vale lembrar que, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

Resultado financeiro

A diferença no resultado financeiro, (R\$ 314) em 31 de dezembro em 2022 e R\$ 819 em 31 de dezembro de 2021, se refere aos registros de encargos sobre os passivos de arrendamentos a pagar, os quais se encontram no escopo da Norma Contábil NBC TG 06 – Contratos de Arrendamentos, sendo que a referida norma não foi absorvida pelo Órgão Regulador ANEEL como prática para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Sob o olhar desta norma, os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel na visão regulatória, entretanto, na visão societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso, gerando atualizações monetárias com base em uma taxa implícita de captação que compõe o fluxo de caixa modelado para todo o período de vigência do contrato.

Impostos diferidos sobre lucro

A diferença no grupo de tributos diferidos, (R\$ 214.772) em 31 de dezembro de 2022 e (R\$ 38.078) em 31 de dezembro de 2021, decorre do reconhecimento das diferenças temporárias distintas em cada contabilidade, a exemplo dos tributos diferidos constituídos sobre os ganhos e perdas advindas dos Ativos Contratuais que estão no escopo da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, que são refletidos apenas na contabilidade societária.

Também ocorrem diferenças temporárias relacionadas aos valores de depreciação sobre os ativos de direito de uso e encargos sobre os passivos de arrendamento, que estão no escopo da norma NBC TG 06 – Arrendamentos.

Desta forma, considerando as normas aqui citadas, existem diferenças de práticas contábeis entre as contabilidades regulatória e societária.

14.18 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	1.764.825	2.022.254
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reserva de Reavaliação	482.200	525.094
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	(1.120)	-
Reversão de adiantamento de dividendos	(130.499)	-
Reserva Especial - Dividendos não Distribuídos	(1.153.883)	(1.243.108)
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	(874.031)	(805.051)
Amortização Ativo Contratual	634.595	675.118
Remensuração Ativo Contratual (RTP)	(320.045)	-
Receita de construção da infraestrutura	(268.757)	(103.443)
Custo com construção da infraestrutura	198.376	103.443
Depreciação e amortização - Imobilizado de transmissão	(94.067)	(77.199)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	3.943	6.186
Realização da Provisão de AFAC (TESB)	(94.303)	120.600
Arrendamento - IFRS 16	(3.778)	(5.512)
Ganhos/ Perdas alienação e Desativação	(5.392)	(1.232)
Equivalência Patrimonial - Ajustes regulatório	80.968	53.507
IR/CSLL diferidos - sobre as diferenças de práticas contábeis	214.772	38.078
Ajuste Cisão	-	38.636
Realização da reserva de reavaliação (Depreciação VNR)	42.895	46.093
Patrimônio líquido regulatório	476.698	1.393.465

14.19 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	908.166	48.578
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	(874.031)	(805.051)
Amortização Ativo Contratual	634.595	675.118
Remensuração Ativo Contratual (RTP)	(320.045)	-
Receita de construção da infraestrutura	(268.757)	(103.443)
Custo com construção da infraestrutura	198.376	103.443
Depreciação e amortização - imobilizado de transmissão	(94.067)	(77.199)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso (IFRS 16)	3.943	6.186
Realização da Provisão de AFAC (TESB)	(94.303)	120.600
Arrendamento - IFRS 16	(3.778)	(5.512)
Ganhos/ Perdas alienação e Desativação	(5.392)	(1.232)
Equivalência Patrimonial - Ajustes regulatório	80.968	53.507
IR/CSLL diferidos - sobre as diferenças de práticas contábeis	214.772	38.078
Ajustes pela Cisão	-	35.654
Resultado líquido do exercício regulatório	380.446	88.728

Porto Alegre, 24 de abril de 2023

André Luiz Gomes da Silva

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Fernando Ferreira

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

www.pwc.com.br

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

***Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

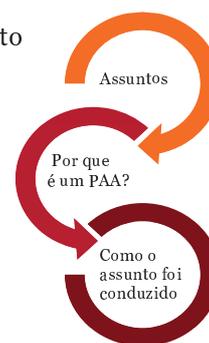
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Discussão judicial relacionada às contribuições para o plano de previdência CEEEPprev (Nota 20)

A Companhia mantém planos de previdência nas modalidades benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido da CEEEPprev previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 2014, foi instaurado litígio judicial relacionado às contribuições não paritárias, questionando a responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, por entender que esse procedimento viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam sobre a matéria, a administração da Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPprev, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é considerar contribuições paritárias (*risk sharing*) entre patrocinador e Fundação. Dessa forma, desde março de 2022, a Companhia vem recolhendo suas contribuições de forma paritária.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas atuariais, da consistência dos critérios e das premissas utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da obrigação atuarial;
- Obtenção de opinião legal de outros assessores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinado pelo advogado da respectiva causa, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pelos assessores jurídicos da Companhia;
- Envolvimento de nossos especialistas atuariais para avaliação da razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial, paridade e tábuas biométricas, bem como conferência dos cálculos aritméticos; e
- Leitura do regulamento do plano e avaliação das respectivas divulgações em nota explicativa.



Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

Porque é um PAA

O referido Plano CEEEPprev encontra-se deficitário em 31 de dezembro de 2022, uma vez que o total das obrigações atuariais estimadas no plano de benefícios definidos superam o valor justo dos ativos do plano, sendo a obrigação atribuível à Companhia, após a aplicação da paridade, de R\$ 292.048 mil

Consideramos esse tema foco de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos da administração sobre as premissas utilizadas no cálculo atuarial das obrigações do plano, incluindo a forma de contribuição paritária, as quais se sofrerem variações, podem impactar de maneira relevante as demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de março de 2023.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de abril de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho



Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Companhia Estadual de Transmissão de
Energia Elétrica - CEEE-T

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 24 April 2023 | 21:14 BRT



99D108451EA5438991EB8CED37FE7C4

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 24 de abril de 2023.

Concessionária: **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T.**

TERM OF RESPONSIBILITY

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 24, 2023.

Concessionaire: **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-T.**

DocuSigned by:

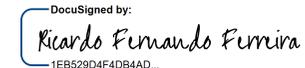
20652746D3F34C2...

André Luiz Gomes da Silva
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 246.744.258-67

DocuSigned by:

3599DDF075274EA...

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

DocuSigned by:

1E8529D4F4DB4AD...

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Financial Services Manager
CRC 1SP 321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---